

Andreia Sofia Ferreira Pestana

A Demonstração de Fluxos de Caixa como ferramenta estratégica de gestão

Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão, apresentado à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Coimbra, 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Andreia Sofia Ferreira Pestana

A Demonstração de Fluxos de Caixa como ferramenta estratégica de gestão

Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão, apresentado à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor José Vaz Ferreira

Orientador da Entidade de Acolhimento: Edgar Saraiva

Coimbra, 2014

Agradecimentos

Aos meus pais e irmão, um enorme obrigado por acreditarem sempre em mim, por serem modelos de coragem, pelo seu apoio, incentivo, amizade e paciência e pela ajuda na superação dos obstáculos que foram surgindo.

Ao Tiago, pela força transmitida, pela paciência e presença constante quer nos bons e maus momentos.

Às Joanas e Marisa, um muito obrigado por todos os momentos passados, pelo companheirismo, pela amizade, pelos risos e choros e sobretudo por estarem presentes nesta longa aventura que foi Coimbra.

À Francisca, que se revelou uma grande amiga, conselheira e ótima companheira de casa.

Ao Luís Paulo, pela amizade, pela ajuda e pelas conversas interessantes que tivemos.

Ao Gestour, pelos momentos proporcionados ao longo deste último ano.

À My Business, que me acolheu e ofereceu uma oportunidade que se revelou bastante enriquecedora quer no desenvolvimento de competências profissionais quer de competências interpessoais. Também aos seus colaboradores, pela confiança em mim depositada e pela boa disposição sempre presente no decorrer do estágio.

Ao Doutor José Vaz Ferreira, meu orientador académico, pela sua dedicação, compromisso e incentivo constante.

A todos, o meu sincero Obrigada!

Resumo

O presente trabalho apresenta-se como relatório de estágio do Mestrado em Gestão da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra desenvolvido na entidade *My Business* Consultores Financeiros e Informáticos, Lda. O referido estágio realizou-se no período de 20 de Janeiro a 12 de Junho, do presente ano.

O principal objectivo deste estágio passou por desempenhar um conjunto de atividades integradas no processo contabilístico, permitiu-me identificar a existência de documentos contabilísticos, dos quais desconhecia a sua utilidade e elaboração, tendo sido um deles a demonstração de fluxos de caixa. A conveniência em dominar esta “nova” demonstração suscita o interesse para o seu estudo, por forma a conhecer o processo de elaboração e de que modo a informação que se retira da sua análise influencia a tomada de decisão.

A maioria dos empresários analisa exaustivamente a demonstração de resultados e o balanço, esquecendo-se, ou dando pouco atenção, à demonstração de fluxos de caixa. Esta atitude pode ser considerada errónea, uma vez que a análise a partir do cálculo de rácios financeiros e fluxos de caixa tem-se revelado uma ótima ferramenta estratégica de gestão, não só por avaliar a continuidade de uma empresa como também a sua posição financeira.

Assim, o presente estudo revela a importância da elaboração da demonstração de fluxos de caixa através da identificação do interesse da sua divulgação, da compreensão da natureza dos seus fluxos e a importância da avaliação destes para a proteção da saúde financeira de uma empresa.

Na aplicação prática deste estudo foi realizada uma ferramenta que tem como funcionalidade elaborar, de forma automática, a demonstração de fluxos de caixa pelo método direto e calcular os principais rácios relativos aos fluxos de caixa obtidos. Esta ferramenta tem o objetivo de retirar toda a informação pertinente da demonstração dos fluxos de caixa e posteriormente uni-la com a informação retirada das outras demonstrações, de modo a obter a informação mais fiável possível, para uma tomada de decisões acertada.

Palavras-chave: Demonstração de fluxos de caixa, Atividades, Método direto, Rácios de fluxos de caixa, Ferramenta.

Abstract

The following report comes as part of the Master's Degree in Management in the Faculty of Economics of the University of Coimbra. The internship was provided by My Business, Consultores Financeiro e Informáticos, Lda, and from the 20th of January until the 12th of June of the present year.

The main goal of this internship was to develop a wide range of activities which are integrated in the accounting process, such as identifying the existence and utility of accounting documents, just as the cash flow statement. The appropriateness of mastering this “new” statement raises the interest of its research, in order to acknowledge the process of its preparation and to perceive in which way the information that results from this statement influences the process of decision making.

Most entrepreneurs thoroughly analyze the income statement and the balance sheet, forgetting or giving little attention to the cash flow statement. This attitude can be considered erroneous, since the analysis by calculating financial ratios and cash flows has proved to be a great strategic management tool, not only to evaluate the continuity of a company but also its financial position.

Thus, this study reveals the importance of the preparation of the cash flow statement as a strategic management tool, by identifying the interest of its disclosure, understanding the nature of its flows and the importance of their assessment to protect the company's' financial health.

In the practical application of this study, we implemented a tool whose functionality is to elaborate, in an automatic way, the cash flow statement using the direct method, and calculate key ratios relative to obtained cash flows. This tool aims to remove all the relevant information in the cash flow statement and then merge it with information taken from other statements in order to obtain the most reliable possible information for making wise decisions.

Key-Words: *Cash Flow Statement, Activities, Direct Method, Cash Flow Ratios, Tool.*

Lista de Siglas

AICPA- *American Institute of Certified Public Accountants*

APB- *Accounting Principles Board*

CAE- Categoria da Atividade Económica

CIVA- Código do Imposto sobre Valor Acrescentado

CMVMC- Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

CNC- Comissão de Normalização Contabilística

DC- Diretriz Contabilística

DFC- Demonstração de Fluxos de Caixa

DOAF- Demonstração das Origens e Aplicações de Fundos

EC- Estrutura Conceptual

ESNL- Entidades do sector não lucrativo

FASB- *Financial Accouting Standard Board*

FSE- Fornecimentos e Serviços Externos

IAS- *International Accouting Standards*

IASB- *International Accouting Standards Board*

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

IES- Informação Empresarial Simplificada

IFRS- *International Financial Reporting Standards*

IRC- Imposto sobre Rendimento de pessoas Coletivas

IRS- Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares

IVA- Imposto sobre o Valor Acrescentado

MOAF- Mapa das Origens e Aplicações de Fundos

NCRF- Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF-PE- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NCRF MC- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Micro Entidades

NIC- Norma Internacional de Contabilidade

POC- Plano Oficial de Contas

QREN- Quadro de Referência Estratégica Nacional

SNC- Sistema de Normalização Contabilística

Lista de figuras e tabelas

Figura 1- Passagem da contabilidade em regime de acréscimo para o regime de caixa.....	22
Figura 2- Interligação entre demonstrações financeiras	36
Figura 3- Argumentos da função SOMA.SE	52
Figura 4- Demonstração da fórmula que calcula as variações dos saldos das contas	53
Tabela 1- Elementos do SNC.....	10
Tabela 2- Relação do SNC com outros Normativos- DF a apresentar.....	12
Tabela 3- Informação proporcionada pelas Demonstrações Financeiras	15
Tabela 4- Características das demonstrações financeiras	33
Tabela 5- Importância da informação dos fluxos de caixa nos vários níveis de decisão.....	35
Tabela 6 - Cálculo do Recebimento de Clientes	54
Tabela 7- Cálculo dos Pagamentos a Fornecedores	55
Tabela 8- Cálculo do Pagamento ao Pessoal	55
Tabela 9- Pagamentos do Imposto sobre o Rendimento	56
Tabela 10- Outros pagamentos/recebimentos	57
Tabela 11- Pagamento/Recebimento IVA.....	58
Tabela 12- Pagamento de retenções de IRS e SS	59
Tabela 13- Recebimentos de Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento.....	59
Tabela 14- Recebimentos de Ativos fixos tangíveis.....	60
Tabela 15-Recebimento de Ativos Fixos Intangíveis	60
Tabela 16- Recebimentos de juros e rendimentos similares.....	61
Tabela 17- Recebimentos de dividendos	61
Tabela 18- Pagamentos provenientes de investimentos financeiros	62
Tabela 19-Pagamentos provenientes de propriedades de investimento.....	62
Tabela 20- Pagamentos relativos a ativos fixos tangíveis.....	63
Tabela 21- Pagamentos relativos a ativos fixos intangíveis	63

Tabela 22- Recebimentos/pagamentos relativos ao capital, prestações suplementares e prémios de emissão	64
Tabela 23- Recebimentos/pagamentos relativos a financiamentos obtidos	64
Tabela 24- Pagamento proveniente de juros e gastos similares	65

Sumário

Agradecimentos	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Lista de Siglas.....	ix
Lista de figuras e tabelas	xi
Sumário.....	xiii
Introdução	1
Parte I- Entidade de Acolhimento.....	5
Capítulo 1- Caraterização da Entidade de Acolhimento.....	5
1.1 História, Missão, Visão e objetivos	5
1.2. Atividade da <i>My Business</i>	6
Parte II – Enquadramento teórico e normativo.....	9
Capítulo 2- Sistema de Normalização Contabilística	9
2.1. Elementos do SNC	10
2.2. Âmbito	10
2.3. Demonstrações financeiras obrigatórias pelo SNC	11
2.4. Estrutura Conceptual	12
2.4.1. Propósito da Estrutura Conceptual.....	12
2.4.2. Utentes	13
2.4.3. Objetivo das Demonstrações Financeiras	14
2.4.4. Pressupostos da Estrutura Conceptual	16
2.4.5 Caraterísticas qualitativas das Demonstrações Financeiras	16
Capítulo 3- Demonstração de fluxos de caixa.....	19
3.1. Historial.....	19
3.2. Demonstração fluxos de caixa: razão de ser, objetivo e definições.....	20

3.3. Relação do ciclo de exploração com os fluxos de caixa	24
3.4. Obrigatoriedade da Apresentação da DFC	25
3.5. Fontes de Informação e Fases de Elaboração	25
3.6. Classificação por Atividades	26
3.6.1. Atividades operacionais	26
3.6.2. Métodos de elaboração das DFC	27
3.6.3. Atividades de Investimento	29
3.6.4. Atividades de financiamento	29
Capítulo 4- A importância da DFC para a gestão	31
4.1. Análise estática e análise dinâmica	32
4.2. Documentos-base da análise financeira: identificação, características, informação obtida por cada um deles e a interligação	33
4.2.1. Balanço	34
4.2.2. Demonstração de resultados	34
4.2.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa	34
4.2.4. Interligação entre as demonstrações financeiras	35
4.3. Utilização de rácios e indicadores	37
4.3.1. Rácios baseados nos fluxos de caixa	37
Parte III- Aplicação Prática	41
Capítulo 5- Atividades Realizadas	41
5.1. Práticas de Controlo Interno	41
5.2. Receção dos Documentos Contabilísticos e Fiscais	42
5.3. Verificação e Arquivo dos Documentos Contabilísticos e Fiscais	42
5.4. Classificação e Registo Informático dos Documentos	44
5.5. Elaboração dos Relatórios de Análise de Gestão	45
5.6. Entrega da Declaração Periódica do IVA	45

5.7. Encerramento de Contas.....	46
5.8. Entrega da Declaração Modelo 22 do IRC	47
5.9. Estudo sobre programas comunitários de apoio às empresas	47
Capítulo 6- Aplicação prática da DFC	49
6.1. Necessidade de criação da ferramenta: “Demonstrações de fluxos de caixa”	49
6.2. Ferramenta “demonstração de fluxos de caixa”: Propósito	50
6.3. Elaboração da ferramenta: pressupostos iniciais	51
6.4. Elaboração da ferramenta: Elementos necessários	51
6.5. Elaboração da ferramenta: Criação	52
6.5.1. Atividades Operacionais.....	54
6.5.2. Atividade de Investimento	59
6.5.3. Atividades de Financiamento	63
6.6. Análise à Demonstração dos Fluxos de Caixa através de Rácios.....	66
6.7. Outros utensílios presentes na ferramenta	66
Capítulo 7- Análise Crítica	67
Capítulo 8- Conclusão.....	69
Bibliografia	71
Anexos	75
Apêndices	77

Introdução

O desenvolvimento da atividade de uma entidade passa pela sua capacidade de gerar fluxos de caixa e obter recursos financeiros, e quanto mais sustentável a gestão dos mesmos, maior é o sucesso, crescimento e sobrevivência da mesma. Verifica-se assim, que as empresas sentem uma crescente necessidade de utilizarem instrumentos que auxiliem, principalmente, o planeamento e o controlo dos seus recursos de modo a que estes sejam utilizados da melhor maneira possível.

Durante anos, a contabilidade era vista como um instrumento que tinha o intuito de fornecer informação meramente tributária, mas atualmente esta é vista como um instrumento de gestão que fornece informações através da análise das demonstrações aos administradores, investidores e aos restantes *stakeholders*.

As demonstrações financeiras são resumos de todas as transações financeiras de uma entidade. As mais comuns são o balanço, que dá informação aos seus utentes sobre os recursos disponíveis e a exigibilidade desses recursos e, a demonstração de resultados que proporciona dados sobre a rentabilidade da entidade, detalhando as origens dos rendimentos e dos gastos que reduzem o seu lucro.

A demonstração de fluxos de caixa integra-se também no conjunto das demonstrações financeiras, e tem como objetivo proporcionar informações sobre os recebimentos e pagamentos de uma entidade ocorridos durante determinado período. Esta demonstração fornece aos seus utentes uma base para identificar e avaliar a capacidade da entidade em gerar e utilizar os seus fluxos financeiros, demonstrando ser um documento fundamental para a tomada de decisões.

Sendo a estratégia de uma empresa um conjunto de critérios de decisão e procedimentos escolhidos pela sua administração para orientar a forma determinante e durável das suas atividades, a demonstração de fluxos de caixa considera-se uma ótima ferramenta para a concepção desta, na medida em que contém informação financeira que influencia a tomada de decisões. A informação retirada da demonstração de fluxos de caixa ajuda na formação de uma estratégia mais forte e sustentada, pois esta permite avaliar a sobrevivência a longo prazo, a rentabilidade adequada e o crescimento sustentado da empresa.

Com este estudo, pretende-se entender o processo de toda a elaboração da demonstração de fluxos de caixa e ainda estabelecer a sua ligação com a necessidade e importância que tem para a gestão das entidades, incorporando-a no dia-a-dia da entidade de acolhimento.

O presente relatório é dividido por três partes, a entidade de acolhimento, o enquadramento teórico e normativo da demonstração de fluxos de caixa e a aplicação prática.

A primeira parte inclui a caracterização da empresa que tem como objetivo principal apresentar a entidade de acolhimento, expondo a sua história, a sua missão, visão e objetivos e principalmente expor a sua área de atuação. Ainda referentes à entidade de acolhimento, na terceira parte do relatório são explicadas as principais atividades realizadas durante a permanência na mesma.

A segunda parte do trabalho tem o intuito de expor os principais conceitos relacionados com a demonstração de fluxos de caixa para que haja um entendimento vasto sobre a referida demonstração. Tem assim como objetivos demonstrar como a demonstração de fluxos de caixa se enquadra na contabilidade, indicar as principais atividades que geram ou utilizam os fluxos de caixa, entender o método utilizado para a sua apresentação, explicar como pode ser feita a sua análise e ainda, mostrar como a informação obtida por esta pode ser importante no processo de tomada de decisão.

Após a compreensão da informação sobre a demonstração de fluxos de caixa exposta na segunda parte do relatório é realizada na terceira parte uma aplicação prática através da utilização de toda a informação até aqui apresentada. Esta aplicação consiste na criação de uma ferramenta através de um ficheiro de *Excel* a ser utilizado pela entidade de acolhimento. A criação desta ferramenta revela-se importante na medida em que a demonstração de fluxos de caixa é uma indispensável ferramenta de gestão, sendo fundamental na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência de uma entidade. Esta ferramenta tem como funcionalidade elaborar, de forma automática, a demonstração de fluxos de caixa pelo método direto e calcular os principais rácios relativos aos fluxos de caixa obtidos. A informação retirada desta ferramenta tem o propósito principal de ser integrada no relatório de gestão anual realizado pela entidade de

acolhimento, a fim de socorrer a possíveis falhas na tomada de decisão por parte das suas empresas clientes. Assim, após a junção da informação facultada pela demonstração de fluxos de caixa com a informação das restantes demonstrações financeiras, é possível obter informação fiável relativa à situação da empresa quer a nível económico quer a nível financeiro.

A realização do relatório de estágio sobre a demonstração de fluxos de caixa será uma eventual contribuição para o aperfeiçoamento do desempenho da entidade de acolhimento na área de gestão, com vista à obtenção de melhoria na qualidade e utilidade dos seus serviços.

Parte I- Entidade de Acolhimento

Capítulo 1- Caracterização da Entidade de Acolhimento

Neste capítulo é apresentada a entidade de acolhimento *My Business* Consultores Financeiros e Informáticos, Lda., o seu objeto, a estrutura, os clientes, a missão, os valores, a estratégia da mesma e as principais atividades desta.

1.1 História, Missão, Visão e objetivos

Em Janeiro de 2006, foi constituída a sociedade *My Business* Consultores Financeiros e Informáticos Unipessoal, Lda., sendo atualmente perante natureza jurídica uma sociedade por quotas. O capital social desta entidade é de 5.000€, tendo apenas um único sócio. O objeto desta era a “produção e comercialização de *software* informático, desenvolvimento e comercialização de aplicações Web, consultoria na área informática, comercialização de *hardware* informático, atividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal, apoio à gestão de empresas e empresários em nome individual, realização de estudos de mercado, serviços de apoio à internacionalização de empresas, realização de projetos de investimento, consultoria na área financeira” conforme Certidão do Cartório Notarial¹.

No final de Abril de 2011, com a entrada de uma nova sócia a empresa passou a ter dois sócios, cada um detendo a mesma percentagem de capital social, cinquenta por cento (2.500€). A sociedade passou a denominar-se *My Business* Consultores Financeiros e Informáticos, Lda. Após a entrada da nova sócia a empresa decidiu empenhar-se nas atividades de contabilidade, consultoria fiscal e no apoio à gestão de empresa tendo assim como Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE) o 69200, designado por “Atividades de Contabilidade, Auditoria e Consultoria Fiscal”. Sita, no presente momento, na Rua Padre António Vieira nº 28 R/C em Coimbra, sendo para efeitos

¹Retirado da internet. Acesso em 01 de julho de 2014, disponível no portal da justiça: <https://publicacoes.mj.pt/>

contabilísticos um mico entidade por não ultrapassar dois dos três limites do artigo 2º da Lei nº35/2010².

Atualmente, a empresa opera com um técnico de contabilidade, dois estagiários curriculares e um profissional independente. Para além das funções normais relacionadas com a contabilidade e fiscalidade, que todos os colaboradores desempenham, o técnico de contabilidade também é responsável pela relação com os clientes.

O leque de clientes da *My Business* é bastante variado e conta com sociedades por quotas, empresários em nome individual e associações sem fins lucrativos, atuando estes em diversas áreas tais como a panificação, a informática, a construção civil e a imobiliária, entre outros.

Sendo a *My Business* uma entidade que presta serviços de carácter administrativo e financeiro, tem como objetivo primário, conforme o gerente da entidade, “proporcionar aos seus clientes o melhor conjunto de serviços profissionais nas suas áreas de atuação, com intuito de melhorar a qualidade e a rapidez de informação”. Como missão, a entidade de acolhimento pretende “ajudar os clientes a tornarem-se mais fortes e mais competitivos”.

A *My Business* visa “superar as necessidades e expectativas dos seus clientes, aumentando os lucros, otimizando os custos e melhorando a eficiência e organização das empresas”³.

1.2. Atividade da *My Business*

A principal atividade da *My Business* centra-se na prestação de serviços de contabilidade e fiscalidade.

No âmbito da contabilidade existem diversos serviços prestados aos clientes entre os quais o processamento de documentos contabilísticos, o processamento de salários e o cumprimento das obrigações legais e fiscais, tais como a declaração do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a retenção de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e declaração da informação da empresa

² Lei nº 35/2010- Os limites são: - Total do Balanço de 500.000€; - Volume de Negócios líquido de 500.000€; número médio de 5 empregados durante o exercício.

³ Retirado da internet. Acesso em 24 de junho de 2014, disponível no site: www.liteprice.com.pt.

simplificada (IES). Para além destes serviços, a My Business efetua a documentação para início, alteração e encerramento das atividades dos clientes.

A entidade de acolhimento também presta serviços de aconselhamento de gestão de modo a obter uma relação mais próxima com os clientes e, por conseguinte com que estes tenham uma gestão mais eficaz e eficiente. Este aconselhamento é periódico e é feito através do reporte financeiro.

Parte II – Enquadramento teórico e normativo

Capítulo 2- Sistema de Normalização Contabilística

A internacionalização e globalização das economias que têm contribuído para uma maior complexidade de transações comerciais e pela crescente interdependência dos agentes económicos de todo o mundo, levanta a necessidade de desenvolvimento do processo de harmonização das normas de contabilidade ao nível internacional.

Segundo Pereira, Estevam, & Almeida (2009) a harmonização contabilística é um processo que visa a aproximação dos sistemas e práticas contabilísticas utilizadas pelos diversos países, de maneira a aumentar a comparabilidade e a credibilidade da informação financeira. Os mesmos autores referem que a normalização contabilística é um processo que visa a uniformidade das práticas contabilísticas, estando associado à imposição de normas rígidas e restritas.

De modo a que a contabilidade das empresas, estivesse sujeita a um modelo geral e uniforme, o governo instituiu, em 1977, o modelo nacional de normalização contabilística no Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e criou a Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Devido às alterações verificadas no POC nas últimas décadas, os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal já não respondem adequadamente às exigências contemporâneas e que por, conseguinte, importa proceder à sua modificação. De modo a que a normalização contabilística nacional se aproxime dos novos padrões comunitários, o Decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e revoga o POC e a sua legislação complementar.

Como referido no Anexo do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, o SNC é um modelo de normalização assente mais em princípios do que em regras explícitas, o que se pretende em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e adotadas na União Europeia.

2.1. Elementos do SNC

Este novo modelo é constituído por elementos fulcrais caracterizados na tabela 1, sendo eles: a estrutura conceptual, as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas, as normas contabilísticas e de relato financeiro e a norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades.

Tabela 1- Elementos do SNC

Elementos	Determinação
Estrutura Conceptual	Conjunto de conceitos contabilísticos estruturantes, que controla todo o sistema.
Bases para a apresentação de demonstrações financeiras	Regras sobre o que constitui e a que princípios essenciais devem obedecer um conjunto completo de demonstrações financeiras.
Modelos de demonstrações financeiras	Existência de formatos padronizados para o balanço, demonstrações de resultados, demonstração de alterações de capital próprio e demonstração dos fluxos de caixa, assim como um modelo orientador para o anexo.
Código de Contas	Estrutura codificada e uniforme de contas que visa acautelar as necessidades dos distintos utentes.
Normas contabilísticas e de relato financeiro	Normas adaptadas a partir das IFRS adotadas pela EU; Instrumento de Normalização onde se prescrevem os vários tratamentos técnicos a adotar em matéria de reconhecimento, de mensuração, de apresentação e de divulgação.
Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades	Norma de forma unitária e simplificada que concebe os tratamentos de reconhecimento, de mensuração, de apresentação e de divulgação que, de entre os consagrados nas NCRF, são considerados como os pertinentes e os mínimos a ser adotados por entidades de menor dimensão.

Fonte: Elaboração própria

2.2. Âmbito

Uma das principais preocupações do novo modelo de normalização é assegurar a inteira comparabilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos seguintes três grandes grupos de entidades que operam em Portugal: as empresas com valores cotados que aplicam diretamente as normas internacionais de contabilidade; as restantes empresas, que aplicarão as NCRF e; as empresas de

menor dimensão que aplicaram a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) ou NCM.

O SNC conta com três níveis de normalização contabilística: um modelo geral composto por 28 NCRF; um modelo aplicável às pequenas empresas, a NCRF-PE⁴; e um modelo aplicável às micro entidades, a NCM⁵.

As entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado têm obrigatoriedade em aplicar as normas internacionais de contabilidade, as *International Accounting Standards* (IAS) e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), para a elaborar as suas contas consolidadas e individuais.

Relativamente às entidades do sector não lucrativo (ESNL), estas devem de aplicar o regime de normalização contabilística aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março. Conforme este Decreto-Lei, este regime corresponde à criação de regras contabilísticas próprias aplicáveis às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos membros qualquer ganho económico ou financeiro direto. Devido ao tema retratado no presente relatório, é importante ainda mencionar que ficam dispensadas de aplicação de normalização contabilística para as ESNL, as entidades que não excedam 150.000€ de vendas e outros rendimentos, em nenhum dos dois exercícios anteriores. As entidades que não optem por aplicar a normalização contabilística para as ESNL ficam obrigadas à apresentação de contas em regime de caixa.

2.3. Demonstrações financeiras obrigatórias pelo SNC

De acordo com a alínea 1 do Artigo 11º Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, as entidades sujeitas ao SNC são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço;

⁴ Têm opção de aplicação da NCRF-PE, as entidades que não ultrapassem dois dos três limites: Total do Balanço: 1.500.000€; Total de rendimentos: 3.000.000€; Nº médio de trabalhadores durante o exercício: 50.

⁵ Têm opção de aplicação da NCM, as entidades que não ultrapassem à data do balanço ultrapassar dois dos três limites⁵: Total do balanço: 500.000€; Volume de negócios líquido: 500.000€; Número médio de trabalhadores durante o exercício: 5.

- Demonstração de resultados por natureza;
- Demonstração das alterações de capital próprio;
- Demonstração de fluxos de caixa pelo método direto;
- Anexo.

Conforme parágrafo 9 do artigoº 11 do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, as entidades considerados como pequenas empresas ou micro entidades são dispensadas de apresentar a demonstração das alterações de capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa (DFC).

A tabela *infra* mencionada apresenta a relação do normativo legal em vigor, o SNC, com o POC e com as IAS/IFRS, relativamente ao conjunto de demonstrações financeiras a apresentar.

Tabela 2- Relação do SNC com outros Normativos- DF a apresentar

POC	SNC	IFRS
• Balanço	• Balanço	• Demonstração de alterações na posição financeira
• Demonstração de Resultados por Natureza	• Demonstração de Resultados por Natureza	• Rendimentos e gastos reconhecidos no período
• Demonstração de Resultados por Funções	• Demonstração de Alterações de Capital	• Demonstração de Alterações de Capital Próprio
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método direto ou indireto)	• Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método direto)	• Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto ou indireto)
• Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa	• Anexo	• Anexo
• Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados		

Fonte: Elaboração Própria

2.4. Estrutura Conceptual

A Estrutura Conceptual (EC) do SNC foi homologada pelo Aviso nº 15652/2009 e aprovada pelo Decreto de Lei nº 158/2009, de 13 de julho, tendo por base a EC do IASB. Conforme parágrafo 7 da EC, esta aplica-se às demonstrações financeiras de todas as entidades comerciais, industriais e de negócios que relatam, sejam do sector público ou do privado.

2.4.1. Propósito da Estrutura Conceptual

Segundo o prefácio da EC do SNC:

As demonstrações financeiras preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões

económicas devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes.

De acordo com o parágrafo 2 da EC, o propósito desta é o de:

- Ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das NCRF e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas normas;
- Ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras às NCRF;
- Ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras preparadas e;
- Proporcionar aos que estejam interessados no trabalho da CNC informação acerca da sua abordagem à formulação das NCRF.⁶

2.4.2. Utes

Os agentes económicos interessados nas demonstrações financeiras de uma entidade são determinados como utentes destas, visto que, utilizam-nas a fim de satisfazerem as suas necessidades de informação. Os utentes das demonstrações financeiras estão definidos no parágrafo 9 da EC, como:

- Os investidores que necessitam de informação que os ajude a determinar se devem ou não comprar, deter ou vender;
- Os empregados estão interessados na informação acerca da estabilidade e da lucratividade dos seus empregadores, de modo, a avaliar a capacidade da entidade em facultar remunerações, benefícios de reforma e oportunidades de emprego;
- Os Mutuantes estão interessados em informação que lhes permita determinar se os seus empréstimos, e os juros que a eles respeitam, serão pagos quando vencidos;
- Os fornecedores e outros credores comerciais estão interessados em informação que lhes permita determinar o que lhe é devido será pago na data de vencimento;

⁶ Aviso nº 15652/2009, Sistema de Normalização Contabilística-Estrutura Conceptual.

- Os clientes, por sua vez, estão interessados em informação relativa à continuidade da entidade, especialmente quando estão dependentes desta;
- Já o governo e os seus departamentos públicos estão interessados na alocação de recursos e, por isso, nas atividades das entidades;
- Por último, o público está interessado em informação relativa às tendências e desenvolvimentos recentes na prosperidade da entidade e no leque de todas as suas atividades.

2.4.3. Objetivo das Demonstrações Financeiras

Devido ao tema do presente trabalho, existe um interesse particular em analisar com algum pormenor a questão dos objetivos das demonstrações contabilísticas. Como referido no parágrafo 12 da EC, o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação útil na tomada de decisões económicas acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade. Esta informação é detalhada através da tabela 3 *infra* apresentada, conforme parágrafos 15 a 21 da EC.

Tabela 3- Informação proporcionada pelas Demonstrações Financeiras

Informação	Afetação	Utilidade
Posição financeira Proporcionada através do Balanço	Recursos económicos que a entidade controla	Avalia a capacidade futura da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa
	Estrutura financeira	Determina a necessidade de empréstimos e de como os lucros futuros e fluxos de caixa serão distribuídos entre os que têm interesses na entidade
		Reflete a capacidade da entidade para satisfazer os seus compromissos financeiros que se vencerem, no curto (liquidez) e nos médios e longos prazos (solvência)
		Capacidade da entidade em se adaptar no ambiente em que opera
Desempenho Proporcionada através da Demonstração de Resultados	Lucratividade	Capacidade para gerar rendimentos a partir de recursos económicos controlados
	Variabilidade	Avaliar a eficácia na utilização de recursos económicos adicionais.
Alterações na posição financeira Proporcionada através da Demonstração dos fluxos de caixa		Avaliar a capacidade de gerar e utilizar recursos, caixa e equivalentes nas suas atividades de investimento, de financiamento e operacionais durante o período de relato.

Fonte: Elaboração Própria

Conforme parágrafo 20 de EC, as demonstrações financeiras só alcançam os seus objetivos individuais se tiverem inter-relacionadas, uma vez que, nenhuma só por si serve um propósito único pois refletem aspetos diferentes das mesmas operações ou outros acontecimentos.

2.4.4. Pressupostos da Estrutura Conceptual

As demonstrações financeiras devem ser apresentadas tendo subjacentes dois pressupostos fundamentais. Segundo a EC, estes dois pressupostos são o regime de acréscimo e a continuidade.

De acordo com o parágrafo 22 da EC, o regime do acréscimo dita que, os efeitos das operações devem ser reconhecidos na altura em que ocorrem e não quando são pagos ou recebidos, ou seja, a contabilidade não é efetuada numa base de caixa (exceto para informação de fluxos de caixa). Assim, se as demonstrações financeiras forem preparadas em conformidade com o regime do acréscimo, não só as transações passadas, já pagas ou recebidas, mas também as obrigações a pagar e os recursos que representem recebimentos no futuro, devem ser consideradas na preparação das demonstrações financeiras.

Por sua vez, conforme parágrafo 23 da EC, ao assumir-se a continuidade na preparação das demonstrações financeiras existe o pressuposto que a entidade em questão irá prosseguir a sua atividade operacional, encontrando-se em continuidade, e de que é assim que irá continuar num futuro minimamente previsível.

2.4.5 Caraterísticas qualitativas das Demonstrações Financeiras

As caraterísticas qualitativas são as particularidades que tornam a informação financeira oferecida nas demonstrações financeiras prestável aos utentes. Define a EC, no parágrafo 24 que

As caraterísticas qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. As quatro principais caraterísticas qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.

Segundo o parágrafo 25 da EC, a compreensibilidade é uma qualidade essencial uma vez que os utentes das demonstrações financeiras devem entender rapidamente a informação contida nas mesmas.

Perante o parágrafo 26 da EC, estamos perante uma informação relevante sempre que uma informação seja útil para a tomada de decisões dos utentes das demonstrações financeiras. Assim, uma informação é revelante

quando influencia as decisões dos utentes, ou seja, sempre que tenha prestado algum apoio na avaliação dos acontecimentos quer passados, presentes ou futuros.

De acordo com o parágrafo 31 da EC, a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras é fiável se for digna de confiança pelos seus utentes. Para isso, deve estar isenta de erros materiais e de preconceitos possibilitando aos utentes a obtenção de uma representação fidedigna do que ela pretende representar.

Como já referido neste trabalho, num mundo concorrencial como o da atualidade, a informação financeira deve permitir a tomada de decisões económicas de diferentes naturezas, por isso, esta deve possibilitar a elaboração de comparações. Assim, conforme parágrafo 39 da EC, a informação fornecida aos utentes deve permitir a comparação das demonstrações de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na posição financeira e no desempenho. Além disso, estas informações devem também permitir a comparação das demonstrações financeiras de diferentes entidades por forma a avaliar: a sua posição financeira, o seu desempenho e suas alterações na posição financeira.

Capítulo 3- Demonstração de fluxos de caixa

3.1. Historial

Segundo Caiado & Gil (2014), até à II Grande Guerra, a DFC não foi considerada relevante para os gestores e analistas financeiros. Contudo, a partir da segunda década do século XX começaram a aparecer várias demonstrações de resumo anual dos movimentos financeiros das empresas, mas sem qualquer tipo de uniformidade quanto à sua terminologia, âmbito e formato.

Em 1961, o “*American Institute of Certified Public Accountants*”(AICPA) publicou um estudo intitulado por “Análise dos Fluxos de Caixa e o Mapa de Origens e Aplicações de fundo” que veio dar origem à Opinião nº 3 com o título “o Mapa das Origens e Aplicações de Fundos” (MOAF), mas desta vez da autoria do “Accounting Principles Board” (APB). A publicação deste mapa ganhou bastantes adeptos até 1971, ano em que o APB publicou a Opinião nº 19, denominado por “Mapa de alterações à posição financeira”. Esta opinião considerava que teria de haver um mapa de alterações à posição financeira, de modo a preencher as lacunas entre o balanço, a demonstração de resultados e a aplicação de resultados.

Em Portugal, no ano de 1977, o Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro, aprovou o POC para aplicação nas empresas e, impôs que se elaborassem várias demonstrações financeiras, sendo uma delas, o MOAF. A função deste mapa consistia em apresentar as variações patrimoniais dos ativos, passivos e capitais próprios através da comparação de dois balanços consecutivos.

Por volta dos anos oitenta assistiu-se a um aumento de interesse no MOAF devido à importância de divulgar os fluxos de caixa para os utentes dos documentos de prestação de contas. Este interesse e a falta de comparabilidade entre os documentos de prestação de contas de diversas empresas levaram o “*Financial Accounting Standard Board (FASB)*” a aprovar, em 1987, a norma 95⁷- “Demonstração de fluxos de caixa” revogando a Opinião nº 19.

⁷ A norma nº 95 do FASB exige que uma empresa elabore um conjunto de prestações de contas em que divulga não só a respectiva situação financeira, mas também os resultados das suas operações e também que deva elaborar uma DFC para cada período (Caiado e Gil 2014).

Em 1989, com a aprovação do POC/89, a designação do “Mapa de Origem e Aplicação de Fundos” foi alterada, passando-se a designar por “Demonstração das Origens e Aplicações de Fundos” (DOAF). Esta alteração só teve em consideração a designação da demonstração pois os objetivos da informação mantiveram-se.

A nível internacional, em Outubro de 1992, a norma internacional de contabilidade (NIC) nº 7 sobre a “demonstração das alterações na posição financeira” foi substituída pela NIC nº7 (revista) sobre a DFC, com vigência a partir de 1 de janeiro de 1994.

No ano seguinte, em 1993, a CNC introduzia em Portugal a Diretriz Contabilística (DC) nº 14 onde foi criada uma nova demonstração contabilística, titulada por “Demonstração dos Fluxos de Caixa”. A criação desta nova demonstração não teve o intuito de substituir a DOAF, mas sim criar uma demonstração com informação diferenciada sobre os fluxos financeiros.

Mais tarde, passado uma década, Portugal através do Decreto-Lei nº 79/2003 adotou-se à linha seguida pelo IASC em 1992, sendo a DOAF substituída pela DFC. Este Decreto-Lei veio tornar obrigatória a elaboração e apresentação da DFC para algumas entidades.

O Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho que aprovou o SNC prevê, no seu nº 2 do artigo 11º – “Demonstrações Financeiras”, o seguinte:

*As entidades sujeitas ao SNC são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras: a) Balanço; b) Demonstração dos resultados por naturezas; c) Demonstração dos resultados por funções; d) Demonstração das alterações no capital próprio; e) **Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto**; f) Anexo.*

3.2. Demonstração fluxos de caixa: razão de ser, objetivo e definições

Como referido na presente pesquisa, o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação útil na tomada de decisões económicas da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade. Tomando especial atenção ao desempenho das entidades, a avaliação deste é influenciada por várias variáveis, como os fluxos de caixa, os fluxos de

fundos, a liquidez, a solvência, os resultados, a rentabilidade, a flexibilidade financeira, a produtividade, entre outros indicadores.

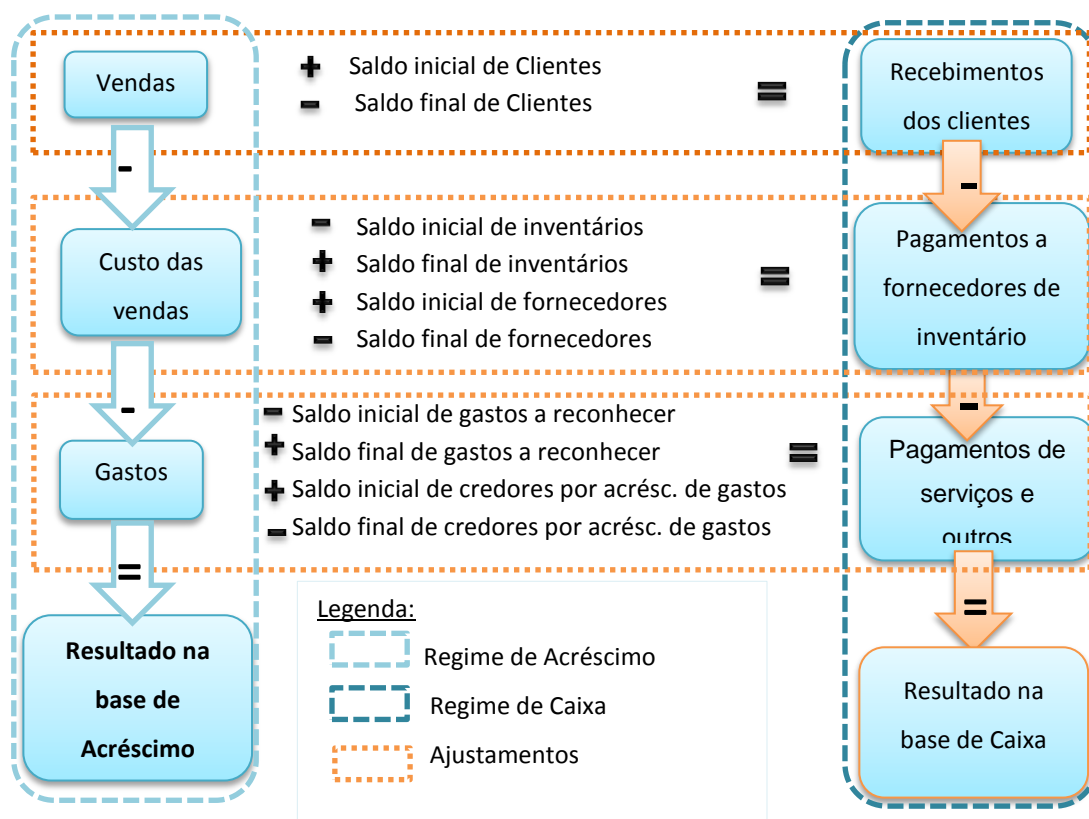
Conforme Silva & Martins (2012: 25), numa contabilidade na base de acréscimo os rendimentos são reconhecidos quando obtidos e os gastos são reconhecidos quando incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, sendo incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. Ao invés, numa contabilidade na base de caixa, os rendimentos são registados quando o dinheiro é recebido e as despesas/gastos são registados quando o dinheiro é pago. O facto das demonstrações financeiras elaboradas na base de caixa não estarem em conformidade com a globalidade dos princípios contabilísticos aceites, a contabilidade na base de caixa não é concordante com a teoria implícita às demonstrações financeiras, sendo estas elaboradas por o regime na base de acréscimo. Deste modo, tanto o balanço como a demonstração de resultados apresentam informação muito limitada no que toca aos fluxos financeiros de uma entidade.

Visto que os balanços comparativos (n e n-1) dão, por exemplo, informação sobre o aumento ou diminuição de ativos como terrenos, edifícios e equipamento de um ano para o outro. Mas em caso de aumentos ou diminuições nestas rubricas, os balanços não explicam se foram pagas ou não e caso tenham sido pagas, não revelam como se obteve o dinheiro para o pagamento.

Já no que toca à demonstração de resultados, esta divulga os diversos resultados: líquido, operacional e financeiro, mas não apresenta os fluxos líquidos gerados pelas atividades operacionais da entidade.

Peter Drucker, conhecido como o “pai” da Gestão Moderna, defende na sua obra que “uma empresa pode operar sem lucros por muitos anos desde que possua um fluxo de caixa adequado, mas o oposto não é aconselhável” (Drucker, P., 2012), realçando assim o efeito nefasto de um aperto de liquidez.

De acordo com Silva & Martins (2012:9), como consequência da insuficiência da informação retirada do balanço e das demonstrações de resultados, no que toca aos fluxos financeiros de uma entidade, a DFC traz uma mudança nas práticas de divulgação das demonstrações financeiras, sendo por exceção elaborada na base de caixa.

Figura 1- Passagem da contabilidade em regime de acréscimo para o regime de caixa

Fonte: Caiado e Gil (2014: 35)), "A Demonstração dos Fluxos de Caixa"

Por esta via, cada rubrica da demonstração de resultados será convertida numa análise caixa, isto é, trata-se de passar da contabilidade em regime de acréscimo para a contabilidade em regime de caixa através dos ajustamentos representados na figura 1, *supra* apresentada.

Segundo Silva & Martins (2010:335), a DFC tem o objetivo de proporcionar aos utentes da informação financeira uma base para determinar a capacidade da empresa para gerar dinheiro e determinar as necessidades da empresa de utilizar esses fluxos em tempo útil.

Para Caiado & Gil (2014: 25), a DFC tem como objetivo principal proporcionar informação sobre os recebimentos e os pagamentos de uma empresa, ocorridos durante determinado período. Conforme o mesmo autor, esta demonstração pode auxiliar os investidores, credores e outros a aceder informações relativas à

- *Capacidade da entidade de gerar fluxos de caixa positivos no futuro;*
- *Capacidade em solver os compromissos e pagar dividendos;*
- *Necessidade de recurso ao financiamento externo;*
- *Relação entre o resultado patentado nas demonstrações financeiras e os fluxos líquidos de caixa originados pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento;*
- *Explicação das variações ocorridas na posição financeira entre o início e o final de um período contabilístico (Caiado & Gil, 2014: 25).*

Conforme Braga & Marques (janeiro/abril 2001), a DFC tem como principal finalidade servir de instrumento para avaliação da liquidez da organização, ou seja, avaliar a capacidade e garantia de pagamento das suas dívidas nas datas de vencimento previstas.

Conforme a IAS 7⁸, a DFC é útil

(...) ao proporcionar aos utentes das demonstrações financeiras uma base para determinar a capacidade da entidade para gerar dinheiro e equivalentes e determinar as necessidades da entidade de utilizar esses fluxos de caixa. As decisões económicas que sejam tomadas pelos utentes exigem uma avaliação da capacidade de uma entidade de gerar dinheiro e seus equivalentes e a tempestividade e certeza da sua geração.

A CNC em 1993, aprovando a DC n.º 14, de 7 de julho de 1993, relata o seguinte sobre a demonstração fluxo de caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa, quando apresentada juntamente com as demais peças das demonstrações financeiras, permite aos utentes melhorar o conhecimento das variações ocorridas na estrutura financeira (incluindo a liquidez e a solvabilidade) e a capacidade de gerar meios de pagamento e em que tempo, com vista, designadamente, a adaptar-se a situações de mudança e de oportunidade de mercado (flexibilidade financeira).

Torna-se importante transcrever, nesta fase de pesquisa, as definições dos termos de **caixa**, **equivalentes de caixa** e **fluxos de caixa**, conforme o parágrafo 3 da NCRF 2:

Caixa: compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem.

⁸ Norma internacional de contabilidade, revista em 2008 pelo regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão.

Equivalentes de Caixa: são investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

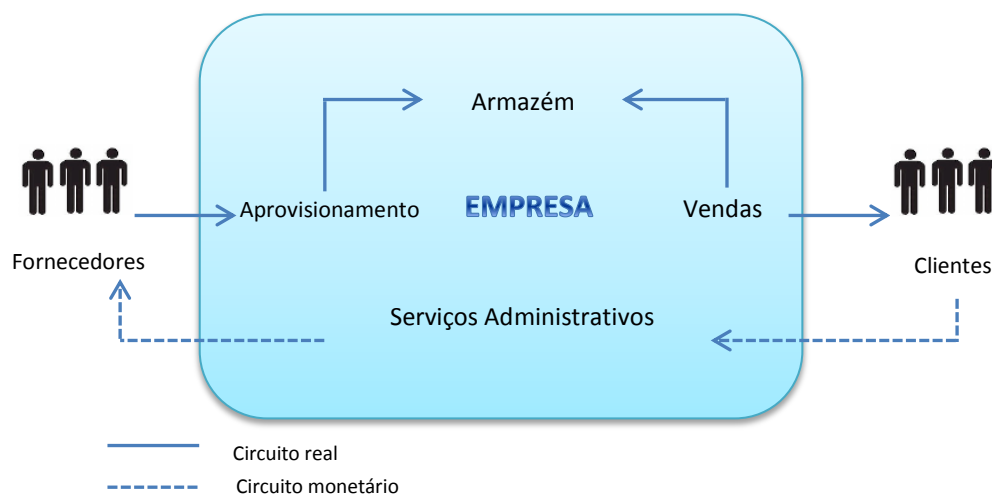
Fluxos de caixa: são influxos (recebimentos, entradas) e efluxos (pagamentos, saídas) de caixa e seus equivalentes.

Na estruturação desta demonstração financeira é adotada uma classificação por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Esta classificação permite aos utentes determinar o impacto destas atividades na situação financeira da entidade e conhecer as correspondentes quantias geradas e utilizadas, bem como as interligações entre as atividades.

3.3. Relação do ciclo de exploração com os fluxos de caixa

Identificar o ciclo de exploração da entidade facilita a integração de cada fluxo de caixa nas categorias apresentadas pela NCRF 2 e ajuda a compreender de que forma um fluxo real origina um fluxo monetário (caixa).

Figura 2- Ciclo de Exploração



Fonte: Caiado e Gil (2014:20), “A Demonstração dos Fluxos de Caixa”

Por forma a perceber como é que um fluxo real se transforma num fluxo monetário no curto prazo é prudente explicar o ciclo de exploração da figura *supra* apresentada. Inicialmente a empresa adquire junto dos seus fornecedores os bens que são convertidos em mercadorias constituindo assim, dívidas a pagar. Na

próxima fase, estas mercadorias são adquiridas pelos seus clientes (venda do bem) constituindo-se uma dívida a receber. Numa terceira fase, as dívidas a receber convertem-se em dinheiro originando um fluxo monetário (recebimento dos clientes). Considerando que o seu prazo de pagamento é superior ao seu prazo de recebimento, numa quarta e última fase, os recursos obtidos (recebimento de dívidas a receber) são utilizados para liquidar a dívida junto dos seus fornecedores originando outro fluxo monetário.

3.4. Obrigatoriedade da Apresentação da DFC

As entidades sujeitas ao SNC, com exceção das pequenas entidades⁹ são obrigadas a apresentar a demonstração de fluxos de caixa pelo método direto, conforme previsto no Artigo 11º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

3.5. Fontes de Informação e Fases de Elaboração

De acordo com Caiado & Gil (2014: 27), as informações necessárias para preparar a DFC advêm de três principais fontes: dos balanços comparativos, da demonstração de resultados e de outros dados complementares. Conforme os mesmos autores, os balanços comparativos contêm informações que indicam o montante das variações nas rubricas do ativo, do passivo e do capital próprio do início para o final do período. As informações da demonstração de resultados ajudam a determinar o montante de caixa originado ou a ser utilizado pelas operações durante o período. Os outros dados complementares são obtidos através das contas do razão e fornecem informações adicionais detalhadas que são necessárias para determinar como o caixa e equivalentes foi provisionado ou utilizado durante o período.

Após caracterizar as três principais fontes de informação é importante definir as principais fases para a elaboração da DFC. Conforme Silva & Martins (2012) e Caiado & Gil (2014 : 27), a primeira fase de elaboração da DFC consiste na determinação da variação de caixa e seus equivalentes. Esta é conseguida

⁹ Conforme Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto, são pequenas entidades, aquelas que não ultrapassem dois dos seguintes três limites: total do balanço: 1.500.000€; total de vendas líquidas e outros rendimentos: 3.000.000€; número de trabalhadores empregados em médias durante o exercício:50.

através da diferença entre o caixa dos balanços inicial e final. A segunda fase consiste na determinação dos fluxos de caixa por atividades. Esta fase envolve a análise da demonstração dos resultados do período, dos balanços comparativos e ainda, de alguns dados das operações. A terceira, e última fase, consiste na realização da demonstração de fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento. É importante que todas as outras variações das contas do balanço sejam analisadas para determinar o correspondente efeito em caixa.

3.6. Classificação por Atividades

Perante o parágrafo 1 da NCRF 2, os fluxos de caixa devem ser classificados de acordo com o tipo de atividade que os originou. Os fluxos de caixa apresentados na DFC são classificados por três categorias: as atividades operacionais, as atividades de investimento e as atividades de financiamento. De forma a entender-se melhor estas três categorias é necessário transcrever a sua definição através da informação obtida no parágrafo 3 da NCRF 2:

Atividades operacionais: são as principais atividades produtoras de rédito da entidade e outras atividades que não sejam de investimento ou de financiamento.

Atividades de investimento: são a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição de capital próprio contribuído e nos empréstimos obtidos pela entidade.

3.6.1. Atividades operacionais

Primeiramente é importante referir que as atividades operacionais derivam das aptidões que uma entidade tem quanto às suas funções querem estas sejam comerciais, industriais ou de prestação de serviços. As atividades operacionais de uma entidade são o núcleo central dela própria, pois a falta delas revela que a entidade não está a gerir o seu negócio da melhor maneira.

Segundo os parágrafos 9 e 10 da NCRF 2, as atividades operacionais são as principais atividades geradoras de réditos da entidade. Isso significa que os

fluxos respeitantes a estas atividades resultam das transações e de outros acontecimentos que entram no apuramento do lucro líquido/ prejuízo de uma entidade. A quantia de fluxos de caixa originada pelas atividades operacionais indica a capacidade que as operações da empresa têm em gerar fluxos de caixa para liquidar empréstimos, pagar dividendos, e realizar novos investimentos, sem recurso a fontes externas de financiamento. As informações sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos, em conjunto com outras informações, são úteis, pois possibilitam a previsão de futuros fluxos de caixa operacionais.

Conforme o parágrafo 10 da NCRF 2 são exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

- Os recebimentos de caixa provenientes da venda de bens e da prestação de serviços;
- Os recebimentos de caixa provenientes de royalties, honorários, comissões e outros réditos;
- O pagamento de caixa a fornecedores de bens e serviços;
- O pagamento de caixa e por conta de empregados;
- Os pagamentos ou recebimentos de caixa por restituições de impostos sobre rendimento, a menos que estes se relacionem com as outras atividades;
- Os recebimentos e pagamentos de caixa de contratos detidos com a finalidade de negócio.

3.6.2. Métodos de elaboração das DFC

No anterior referencial contabilístico português, a DC 14 de julho de 1993, tal como a IAS 7, prevê duas formas de elaboração da DFC: pelo método direto ou pelo método indireto. Posteriormente, o legislador do SNC eliminou a apresentação da DFC pelo método indireto devido ao facto do método direto proporcionar informações mais detalhadas e completas. Assim, reconhece-se uma das divergências entre a IAS 7 e a NCRF 2.

A diferença entre a utilização do método direto e do método indireto reside na determinação e apresentação dos fluxos líquidos das atividades operacionais.

Tal com Caiado & Gil (2014:33) referem, na utilização do método direto a DFC demonstra todos os recebimentos e pagamentos consequentes das atividades operacionais, permitindo aos utentes compreender o modo de como a empresa gera e utiliza os seus meios e pagamentos. Os mesmos autores expõem duas vias possíveis para a determinação dos fluxos de caixa: diretamente dos registos contabilísticos, mediante a adoção de contas apropriadas, ou pelo ajustamento de rubricas da demonstração de resultados.

Relativamente à primeira via indicada, pretende-se que seja registado por cada operação que dê origem a um fluxo de caixa, um movimento em contas apropriadas, adotando assim, o desenvolvimento de contas da classe 0-contabilidade dos fluxos de caixa.

Seguindo a via do ajustamento de rubricas da demonstração de resultados, esta consiste em ajustar as rubricas que respeitem a:

- Variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dívidas operacionais e de terceiros;
- Outras rubricas não relacionadas com o caixa e;
- Outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitam a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento” (Caiado & Gil, 2004:33).

Embora o método indireto não venha contemplado no normativo do SNC, este é considerado nas normas internacionais de Contabilidade e por isso será abordada esta opção no presente relatório.

Segundo Caiado & Gil (2014: 48) e Silva & Martins (2012), o método indireto é aquele em que o resultado líquido do exercício é ajustado por forma a excluïrem-se os efeitos de transações que não sejam dinheiro, acréscimos ou diferimentos relacionados com recebimentos ou pagamentos passados ou futuros e contas de rendimentos ou gastos relacionados com fluxos de caixa respeitantes às atividades de investimento ou de financiamento. Neste método e em conformidade com Caiado & Gil (2014: 48), a determinação do resultado líquido de caixa das atividades operacionais é feita a partir do resultado líquido do exercício ajustando-o pelos efeitos de:

- *Variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dividas operacionais de e a terceiros (contas a receber e a pagar);*

- *Rúbricas não relacionadas com caixa tais como depreciações e amortizações, imparidades, impostos diferidos, diferenças de câmbio não realizadas, resultados não distribuídos de associadas e interesses minoritários;*
- *Todas as outras rúbricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento (Caiado & Gil , 2014:48).*

3.6.3. Atividades de Investimento

Conforme o parágrafo 12 da NCRF 2, os fluxos de caixa das atividades de investimento são divulgados separadamente pois representam a extensão dos dispêndios feitos para obtenção de recursos destinados a gerar rendimento e fluxos de caixa futuros. Em conformidade com o parágrafo 12 da NCRF são exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento:

- Pagamentos de caixa para aquisição de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo. Estes pagamentos incluem os relacionados com custos de desenvolvimento capitalizados e ativos fixos tangíveis auto construídos;
- Recebimentos de caixa por vendas de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo;
- Pagamentos de caixa para aquisição de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos;
- Recebimentos de caixa de vendas de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos dos instrumentos considerados como equivalentes de caixa e dos detidos para as finalidades do negócio);
- Pagamentos e recebimentos de caixa para contratos de futuros, contratos de *forward*, contratos de opção e contratos de *swap*, exceto quando os contratos sejam mantidos para as finalidades do negócio, ou os pagamentos sejam classificados como atividades de financiamento.

3.6.4. Atividades de financiamento

Conforme o parágrafo 13 da NCRF 2, os fluxos de caixa das atividades de financiamento são divulgados separadamente porque é útil na predição de reivindicações futuras de fluxos de caixa pelos fornecedores de capitais à

entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

- Recebimentos de caixa provenientes da emissão de ações ou de outros instrumentos de capital próprio;
- Pagamentos de caixa por aquisição de ações (quotas) próprias, redução do capital ou amortização de ações (quotas);
- Recebimentos provenientes da emissão de certificados de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos obtidos a curto ou longo prazo;
- Desembolsos de caixa de quantias de empréstimos obtidos; e
- Pagamentos de caixa por um locatário para a redução de uma dívida em aberto relacionada com uma locação financeira.

Capítulo 4- A importância da DFC para a gestão

O presente capítulo tem como função expor a importância da DFC para a gestão através da análise financeira da mesma.

Conforme Nabais & Nabais (2004:13) a função financeira consiste na preparação, na tomada, na execução, na avaliação e no controlo das decisões financeiras da empresa, repartindo as suas tarefas pela análise económico-financeira e gestão financeira. A análise económico-financeira é

um conjunto de técnicas que visam o estudo da situação económica e financeira da empresa através da análise do balanço, demonstração de resultados e demonstração de fluxos de caixa (Nabais & Nabais, 2004: 17).

A análise financeira de uma empresa consiste na emissão de uma opinião sobre a rentabilidade e a evolução da situação financeira de uma organização, partindo do exame dos documentos contabilísticos. A rentabilidade, segundo Neves (2012), exprime a capacidade de uma empresa para gerar lucros, ou numa ótica exclusivamente financeira a aptidão para gerar uma série de fluxos de caixa com saldos positivos.

Segundo Neves (2012: 202) é habitual distinguir os fluxos financeiros integrantes do ciclo financeiro da empresa em três ciclos principais: o ciclo de investimento, o ciclo de exploração e o ciclo das operações financeiras.

Conforme Nabais & Nabais (2004: 8), o ciclo de investimento engloba o conjunto de atividades e decisões respeitantes à análise e seleção de investimentos ou desinvestimentos em ativo fixo, assegurando desta forma a renovação e o crescimento da empresa. Os mesmos autores referem o ciclo de exploração como o conjunto de atividades e decisões relacionadas com o aprovisionamento, a produção e a comercialização e, o ciclo de financiamento como o conjunto de atividades de obtenção de fundos adequados aos investimentos e às necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

Assim, a interação entre os estes três ciclos representa a trajetória percorrida pelos fluxos de caixa, sendo possível identificar o seu saldo à saída de cada ciclo. Neves (2012) refere que

A análise de fluxos de caixa permite destrinçar quais os fluxos resultantes das decisões e permite dar uma visão dos sucessivos saldos de caixa ao longo dos diversos ciclos financeiros, contribuindo para uma informação mais adequada à gestão e ao seu controlo (Neves, 2012: 204).

Para analisar o ciclo de caixa é necessária a DFC visto que é ela que expressa como são gerados os recebimentos e pagamentos respeitantes às atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Em conformidade com Nabais & Nabais (2004: 22) o lucro não é muito relevante para a análise económica e financeira e para a gestão financeira, visto que esta preocupa-se sobretudo com a formação e montante dos fluxos monetários. Com isto, tanto Braga & Marques(janeiro/abril 2001) como Nabais & Nabais (2004:45) defendem a importância de comparar os resultados operacionais com os fluxos de caixa operacionais, já que a capacidade de gerar resultados positivos não reflete a capacidade de gerar fluxos monetários.

4.1. Análise estática e análise dinâmica

A análise financeira de uma empresa divide-se em dois tipos de análise: a estática e a dinâmica. A análise estática de uma empresa corresponde à análise do desempenho financeiro a partir do balanço, como referido na tabela 4 *infra* apresentada. Segundo Fernandes, Peguinho, Vieira, & Neiva (2013: 77), esta análise advém das próprias características do balanço pois esta demonstração revela a posição financeira da empresa num determinado momento. Conforme Silva, E. S. (2010: 186) a análise estática de uma empresa pode não ser a mais clara possível, pois esta permite ao analista “mascarar” as contas num determinado momento, sendo a análise estática solucionadora deste inconveniente.

A análise dinâmica, por sua vez, recai no estudo de fluxos financeiros tendo a demonstração de resultados e a DFC como documentos para analisar. Fernandes, Peguinho, Vieira, & Neiva (2013:77) argumentam que a demonstração de resultados apesar de ser uma demonstração de fluxos económicos não considera o impacto financeiro das operações que relata, isto é, ela não revela a

correspondência entre gasto e pagamento ou rendimento e recebimento. Perante esta situação, a empresa pode ter resultados económicos positivos e fluxos de caixa negativos, sujeitando assim a sua capacidade financeira. Deste modo a análise dinâmica e o estudo dos fluxos de caixa permitem relacionar a informação resultante da demonstração de resultados (capacidade da empresa gerar meios próprios) com a informação derivada da DFC (forma como os meios financeiros são gerados e aplicados num determinado período).

4.2. Documentos-base da análise financeira: identificação, características, informação obtida por cada um deles e a interligação

Os documentos base para a realização de uma análise financeira são o conjunto completo de demonstrações financeiras pertencentes à prestação de contas da entidade. Cada uma dessas demonstrações financeiras apresenta características muito próprias, sendo referidas na tabela 4 *infra* apresentada.

Tabela 4- Características das demonstrações financeiras

Demonstração financeira	Características do documento
Balanço	Financeiro e estático
Demonstração de resultados	Económico e dinâmico
Demonstração das alterações no capital próprio	Financeiro e dinâmico
Demonstração dos fluxos de caixa	Financeiro, monetário e dinâmico
Anexo	Contém elementos económicos e financeiros, tal como informação de natureza não só quantitativa como qualitativa

Fonte: Fernandes, Carla; Peguinho, Cristina; Vieira, Elisabete; Neiva, Joaquim (2013) “*Análise Financeira- Teoria e Prática*”. Lisboa: Edições Sílabo,Lda.

4.2.1. Balanço

Conforme Fernandes, Peguinho, Vieira, & Neiva (2013: 38) o balanço é um documento contabilístico que expressa a situação financeira de uma entidade num determinado momento, tendo por isso um carácter estático.

Segundo Nabais & Nabais, (2004: 32 e 52) o balanço financeiro deve ser alterado para um balanço funcional, de modo a que seja dada ênfase aos ciclos financeiros. O estrutura do balanço funcional permite mostrar os possíveis desequilíbrios fundamentais entre o financiamento e as aplicações e determinar o fundo maneiio, as necessidades de fundo maneiio e a tesouraria líquida (ver anexo B).

4.2.2. Demonstração de resultados

Segundo Fernandes, Peguinho, Vieira, & Neiva (2013: 44), a demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados (lucro ou prejuízo) num determinado período. A formação dos resultados é conseguida pela diferença entre os rendimentos e ganhos dos gastos e perdas da organização. Avalia-se através desta demonstração financeira a rendibilidade operacional e líquida do volume de negócios e, ao interliga-la com o balanço é também possível avaliar a rendibilidade dos capitais investidos e a rendibilidade dos capitais próprios.

4.2.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC procura explicar a forma de como é gerado e utilizado o dinheiro, demonstrando os fluxos de recebimentos e de pagamentos de determinada entidade no seu exercício económico.

Segundo Nabais & Nabais, (2004:172) e Neves (2012:202), a DFC dá informações sobre à formação e evolução das disponibilidades, sobre os efeitos das decisões de gestão e qual o valor dos fluxos por ciclo operacional, de investimentos e de financiamento.

Conforme transposto especificamente na tabela 5 a DFC é importante a vários níveis de decisão. Fernandes, Peguinho, Vieira, & Neiva (2013) ditam que

A importância da informação sobre os fluxos de caixa é necessária a vários níveis da decisão, nomeadamente no âmbito das políticas de

investimento, dos processos de financiamento e da avaliação de desempenho (Fernandes, Peguinho, Vieira, & Neiva, 2013:55).

Conforme Gonçalves & Conti (2011), o fluxo de caixa permite também que se estimem os valores dos influxos e efluxos para períodos futuros, permitindo ao gestor fazer previsões minimizando a margem de erro nas suas tomadas de decisão.

Tabela 5- Importância da informação dos fluxos de caixa nos vários níveis de decisão

Decisões económico-financeiras	Relevância
Análise de Investimentos	Avaliar a capacidade da entidade gerar fluxos de caixa positivos no futuro.
Processos de financiamento	Correlacionar os resultados apurados e os fluxos de caixa relativos às atividades operacionais, de investimento e de financiamento; Avaliar a capacidade de satisfazer os compromissos assumidos e a necessidade de recorrer ao financiamento externo. Avaliar a capacidade da empresa em pagar dividendos.
Avaliação do desempenho	Avaliar a rentabilidade dos recursos disponíveis, o cumprimento dos objectivos estabelecidos e estimar as potencialidades futuras.

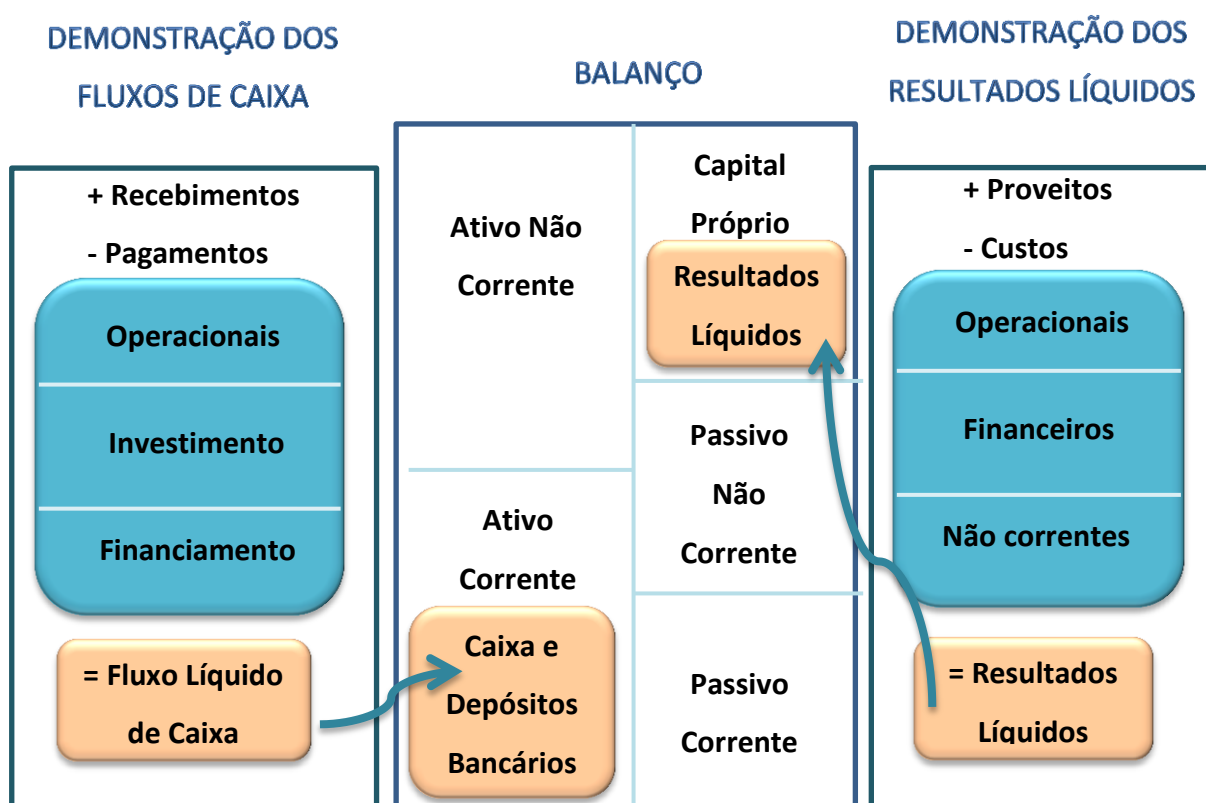
Fonte: Fernandes, Carla; Peguinho, Cristina; Vieira, Elisabete; Neiva, Joaquim (2013:55) “*Análise Financeira- Teoria e Prática*”. Lisboa: Edições Sílabo,Lda.

4.2.4. Interligação entre as demonstrações financeiras

A figura 3 *infra* apresentada mostra a interligação existente entre a DFC, o balanço e a demonstração de resultados. Ao analisar a figura pode-se constatar que os resultados líquidos apurados na demonstração de resultados integram-se no capital próprio da empresa. Isto significa que as empresas que obtenham lucro podem reforçar os seus capitais próprios e a sua solvabilidade, ao invés, empresas que obtenham prejuízos enfraquecem o seu capital. Outra interligação que se pode constatar é o facto dos fluxos líquidos de caixa apurados na DFC integram-se em caixa e depósitos no balanço. Fluxos de caixa positivos conduzem ao reforço da liquidez e capacidade de solvência da empresa, ao

invés, fluxos de caixa negativos danificam os níveis de liquidez de uma empresa e diminuem a sua capacidade de cumprir as obrigações financeiras. Outra interligação menos explícita na figura, mas também de carácter importante, é o facto dos proveitos se transformarem, aquando o seu vencimento, em recebimentos e os gastos em despesas na DFC.

Figura 2- Interligação entre demonstrações financeiras



Fonte: Neves, João Carvalho (2012) *"Análise e Relato Financeiro- Uma Visão Integrada de Gestão"*. Lisboa: Texto Editores,Lda.

Braga & Marques (janeiro/abril 2001), afirmam que um dos factos que torna a DFC importante para a análise financeira deve-se ao facto da vantagem que tem perante a demonstração de resultados, de eliminar alguns aspetos meramente contabilísticos tais como as amortizações, as provisões, as imparidades e a valorização das saídas de existências.

4.3. Utilização de rácios e indicadores

A técnica de análise financeira mais usual é a construção e interpretação de rácios ou indicadores específicos para a leitura das demonstrações financeiras das empresas. Conforme Fernandes, Peguinho, Vieira, & Neiva (2013: 69), os indicadores são construídos a partir da combinação de rubricas e variáveis que resultam em medidas detentoras de informação avaliadora de determinada realidade económico-financeira, enquanto os rácios são quocientes entre duas grandezas, cuja premissa essencial de detenção de valor informativo é o de possuírem resultado económico.

4.3.1. Rácios baseados nos fluxos de caixa

A análise dos fluxos de caixa pode ser elaborada de diversas formas. Nos últimos anos têm-se proposto rácios elaborados a partir do fluxo de caixa, sendo esta a forma de análise tratada no presente relatório.

Segundo Braga & Marques (janeiro/abril 2001) e Neves (2012), a DFC serve de base para cálculo de muitos indicadores financeiros. Os mesmos autores afirmam que a utilização de quocientes extraídos das relações entre valores da DFC facilita a interpretação da situação financeira da empresa, e que o fluxo de caixa operacional é uma das métricas mais importantes de análise do fluxo de caixa, pois evidencia se a exploração da empresa é geradora ou absorvedora de dinheiro. Se o fluxo de caixa operacional é positivo, então as atividades operacionais estão a gerar meios financeiros que serão usados para o pagamento de compromissos que a empresa tem, como encargos financeiros, itens extraordinários e pagamento de impostos sobre o lucro. Nabais & Nabais (2004:45) afirma que numa fase de arranque da atividade, o fluxo da atividade operacional possa ser negativo mas com o desenvolver da atividade este pode ser suficiente para cobrir parte das atividades de investimento e financiamento.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma preocupação por parte dos analistas relativa a capacidade de geração de fluxos de caixa face aos compromissos que a empresa tem para com as instituições bancárias e acionistas. Segundo Neves (2012:315) os rácios de cobertura pretendem dar uma visão da capacidade da empresa em cumprir com as suas obrigações financeiras.

O mesmo autor defende que deve-se exigir, no mínimo, que uma empresa consiga ter meios financeiros capazes de fazer face aos encargos financeiros através da sua atividade. São apresentados os seguintes rácios de cobertura:

$$\text{Cobertura do pag. de encargos financeiros e dividendos} = \frac{\text{FCO}}{\text{Pag. juros e dividendos}}$$

O rácio cobertura do pagamento de encargos financeiros e dividendos determina a capacidade de empresa em gerar fluxos suficientes a partir da sua exploração para cobrir o pagamento de juros e dividendos.

$$\text{Cobertura passivo CP} = \frac{\text{FCO}}{\text{Passivo corrente}}$$

$$\text{Cobertura passivo LP} = \frac{\text{FCO}}{\text{Passivo não corrente}}$$

$$\text{Cobertura passivo Total} = \frac{\text{FCO}}{\text{Passivo Total}}$$

A fim de se avaliar a capacidade da empresa para reembolsar as dívidas de médio e longo prazo deve-se considerar como principal fator a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa. Assim, os fluxos de caixa operacionais são a principal fonte de fundos para remunerações dos capitais próprios e reembolso dos capitais alheios necessários aos investimentos que garantem o crescimento da empresa. Se o valor obtido através destes rácios for:¹⁰

- <1 - a empresa não está a gerar fluxos de caixa suficientes para pagar a suas dívidas, podendo ser um indicador de falência.

¹⁰ Acesso em 21 de julho de 2014, disponível no site: http://www.readyratios.com/reference/cashflow/cash_flow_coverage_ratio.html.

- ≥ 1 - a empresa está em boa saúde financeira e consegue cumprir as suas obrigações através do caixa gerado pelas atividades operacionais.

Segundo Neves (2012:317), os rácios de qualidade dos fluxos têm como objetivo analisar as divergências que a empresa apresenta entre resultados e fluxos de caixa em consequência dos critérios contabilísticos do acréscimo. Pretendem assim, analisar a eficiência da empresa em gerir as necessidades em fundo de maneio ou em controlar o crescimento. Segundo Braga & Marques (janeiro/abril 2001) e Neves (2012) os rácios relativos à qualidade os fluxos são os seguintes:

$$\text{Qualidade das vendas} = \frac{\text{Recebimentos de clientes}}{\text{Vendas + Prest. Serviç.}}$$

$$\text{Qualidade dos fluxos de caixa} = \frac{\text{FCO}}{\text{RO + depreciações + provisões}}$$

Segundo Braga & Marques (janeiro/abril 2001), a qualidade do resultado transmite quanto o lucro operacional originou caixa operacional. Este rácio fornece a indicação da dispersão entre os fluxos de caixa obtidos e os resultados operacionais antes da dedução de depreciações e provisões. Segundo os mesmos autores, a qualidade das vendas mede a proporção do proveito de vendas em determinado exercício em relação aos recebimentos e cobranças de clientes. Neves (2012:317) afirma que se estes rácios divergirem muito do valor de 1, é necessário perceber a principal razão, pois significa que as perspetivas que se obtêm da análise da demonstração de resultados podem ser diferentes da que se obtêm ao analisar os fluxos de caixa, podendo ser um sinal de alerta para a tomada de decisões relativas à melhoria do equilíbrio financeiro ou da tesouraria.

Segundo Braga & Marques (janeiro/abril 2001) os rácios correspondentes ao financiamento do investimento são os seguintes:

$$\text{Aquisição de capital} = \frac{\text{FCO} + \text{Rec. Inv.} - \text{Pag. Dividendos} - \text{Pag. Juros}}{\text{Pagamento Investimento}}$$

O rácio aquisição de capital permite dar uma visão sobre a capacidade da empresa para pagar os seus investimentos a partir do fluxo de caixa operacional após pagamento de dividendos e juros e dos recebimentos das atividades de investimento.

$$\frac{\text{Investimento}}{\text{Financiamento}} = \frac{\text{Fluxos caixa necessário para investimentos}}{\text{Fluxos caixa recebidos de financiamentos}}$$

O rácio Investimento/ Financiamento tem como objetivo comparar os fluxos de caixa líquidos necessários para finalidades de investimento, com aqueles gerados pelo financiamento.

Conforme Neves (2012:318), pode-se analisar o peso de cada rubrica de fluxos operacionais (pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto e outros) no total de recebimentos operacionais:

$$\text{Peso pag. ao pessoal} = \frac{\text{Pagamento ao pessoal}}{\text{Recebimentos Operacionais}}$$

Parte III- Aplicação Prática

Capítulo 5- Atividades Realizadas

O presente capítulo resume as atividades realizadas pela mestranda no ambiente da entidade de acolhimento. A mestranda começou por integrar-se na entidade, conheceu o objeto, os clientes e o método de trabalho. Durante o tempo de permanência na empresa *My Business* a principal tarefa que desempenhei foi a realização de todo o processo contabilístico mensal, tendo um nível de autonomia elevado.

É importante salientar que a maior preocupação da entidade de acolhimento é a fiabilidade da informação financeira criada em todo o processo contabilístico. Deste modo, a entidade de acolhimento tem especial atenção às práticas de controlo interno utilizadas pelos seus colaboradores e, por isso opta por inicialmente explicar todos os seus métodos para que este controlo seja bem executado. O processo contabilístico subdivide-se em quatro principais etapas: a receção, a organização, a verificação, e o registo dos documentos.

5.1. Práticas de Controlo Interno

O controlo interno define-se como uma forma destinada a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades, ou a minimizar as suas consequências. Um sistema de controlo interno engloba um plano de organização e todos os métodos e procedimentos adotados para assegurar os diversos objetivos da gestão.

Algumas das funções realizadas pelos colaboradores na entidade de acolhimento são consideradas como procedimentos de controlo interno, tais como a numeração manual dos documentos, para que não exista extravio de documentos contabilísticos; a utilização de ficheiros de *Excel* para prevenir erros e irregularidades; as conciliações bancárias que permitem conciliarem o extrato bancário, garantindo que no final a diferença de saldos seja devida por entradas e saídas de dinheiro identificadas e que estas fiquem regularizadas; a conferência de saldos quer dos clientes quer dos fornecedores para identificar diferenças entre o saldo registado na contabilidade da entidade de acolhimento e o saldo registado na contabilidade do cliente ou fornecedor, possibilitando desta forma

detetar documentos por registar. A medida de controlo interno mais importante na entidade de acolhimento, na minha opinião, é o documento de controlo do ponto de situação dos clientes. Através deste é possível planear, controlar e supervisionar o trabalho feito por todos os colaboradores. Este é um ficheiro de *Excel* onde tem todas as obrigações que as entidades clientes têm de cumprir, desde a organização dos documentos contabilísticos, à entrega periódica do IVA, ao encerramento de contas, ao E-fatura, entre outras. É importante que este documento esteja sempre atualizado de modo a que nenhuma entidade seja esquecida e que todos os colaboradores da entidade de acolhimento saibam sempre o que está realizado e o que está por fazer, permitindo assim, a não duplicação de trabalhos e a organização da entidade.

5.2. Receção dos Documentos Contabilísticos e Fiscais

A receção dos documentos é a base de todo o processo contabilístico, na medida em que sem eles o registo não se poderá processar, pois não se podem registar factos na contabilidade que não estejam devidamente documentados. Os documentos das várias empresas clientes são maioritariamente entregues pelas mesmas durante um prazo indicado pela empresa, para que não haja eventualmente, falta de informação ou omissão de factos no momento em que se têm que registar. Após a receção dos documentos, estes são colocados na pasta referente à empresa cliente em questão e só posteriormente é feito o seu processo contabilístico. Os colaboradores da empresa aquando se aproximam os prazos de entrega de declarações obrigatórias, têm como dever, exigir aos clientes os documentos que possam ainda não estar na empresa, de modo a que não existam futuros problemas com as declarações entregues à Autoridade Tributária.

5.3. Verificação e Arquivo dos Documentos Contabilísticos e Fiscais

A organização dos documentos não ocorre de um modo aleatório porque nem todos os documentos em posse pela empresa são válidos, por isso é necessário realizar uma triagem. Para que um documento contabilístico seja valido é

necessário que tenha os elementos obrigatórios, conforme enunciado na alínea nº 6 do art.36º do CIVA¹¹:

As faturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos:

- a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto;
- b) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efetivamente transacionadas devem ser objeto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;
- c) O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- d) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;
- e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;
- f) A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da fatura.

No caso de a operação ou operações às quais se reporta a fatura compreenderem bens ou serviços sujeitos a taxas diferentes de imposto, os elementos mencionados nas alíneas b), c) e d) devem ser indicados separadamente, segundo a taxa aplicável.

Após a conferência destes requisitos, os documentos são separados por meses para que deste modo não ocorram erros e que sejam lançados no período a que respeitam. Posteriormente são distribuídos pelos diários a que correspondem. Os diários utilizados na My Business são o caixa, o banco, as compras, as vendas e/ou prestação de serviços e por último, os diversos. A utilização destes varia de empresa cliente para empresa cliente.

No diário de Caixa encontram-se documentos relativos aos fluxos de tesouraria da empresa, isto é, documentos correspondentes a recebimentos, entradas de valores monetários para a empresa, e a pagamentos, saídas de

¹¹ www.portaldasfinancas.gov.pt, acedido em 1 de Julho de 2014

valores monetários da empresa. Igualmente, o diário de Bancos incorpora os documentos relativos a fluxos de tesouraria da empresa, mas neste, apenas se encontram os documentos relativos às contas bancárias da empresa.

No diário de compras são colocados todos os documentos comprovativos das aquisições de matérias-primas e de bens destinados a consumo ou venda, quer sejam pagas (pronto pagamento) ou não (crédito).

Relativamente ao diário de vendas e/ou prestação de serviços, encontram-se arquivadas as faturas, vendas-a-dinheiro, notas de débito e notas de crédito efetuadas para os clientes.

Por último, no diário diversos ficam arquivados os documentos que não se enquadram em nenhum dos diários acima referidos, como por exemplo, o processamento de salários.

Após a separação dos documentos por diários, estes são arquivados por ordem alfabética, com exceção das faturas, vendas-a-dinheiro, notas de débito, notas de crédito e recibos que devem ser arquivados por ordem numérica. Na *My Business*, a organização dos *dossiers* é efetuada por ordem cronológica inversa, de modo a que o primeiro mês esteja no final do *dossier* e o último no início deste.

5.4. Classificação e Registo Informático dos Documentos

Depois dos documentos estarem devidamente arquivados procede-se ao seu registo na aplicação informática de Contabilidade. O programa de contabilidade utilizado na entidade de acolhimento é o Primavera Profissional.

Para se proceder ao lançamento dos documentos começa-se por seleccionar a empresa a que estes dizem respeito, seleccionando em seguida a função “movimentos”. Nesta função, os documentos são sempre lançados no último dia do mês ao qual se referem, de modo a simplificar o processo. Escolhe-se o diário em que são lançados e ainda o tipo de documento em causa.

À medida que se faz o lançamento dos documentos, é necessário ao mesmo tempo ir numerando-os manualmente também de forma cronológica inversa, tal como acontece aquando a organização destes. Esta numeração tem que corresponder à numeração no Primavera, não só para facilitar uma posterior

localização do documento, como também, para garantir que não haja documentos extraviados.

5.5. Elaboração dos Relatórios de Análise de Gestão

Após realizar a análise e conferência de contas e, caso haja a conclusão de que não existem erros nas mesmas, a entidade de acolhimento elabora um relatório de análise de gestão para entregar aos seus clientes presencialmente. Este relatório apresenta não só variações dos valores obtidos entre determinados períodos como concede recomendações na área de gestão, na condução dos negócios, na redução dos gastos e no apoio fiscal. Através deste, as empresas clientes conseguem ter uma noção atempada dos seus gastos e dos rendimentos, incluído das suas vendas, do lucro ou prejuízo que a entidade está a produzir.

5.6. Entrega da Declaração Periódica do IVA

A maioria das empresas clientes da entidade de acolhimento realiza entregas de IVA trimestralmente. O IVA tem que ser entregue conforme o nº1 do artigo 41º do CIVA:

1 - Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º, a declaração periódica deve ser enviada por transmissão eletrónica de dados, nos seguintes prazos:

- a) Até ao dia 10 do 2.º mês seguinte àquele a que respeitam as operações, no caso de sujeitos passivos com um volume de negócios igual ou superior a (euro) 650 000 no ano civil anterior;
- b) Até ao dia 15 do 2.º mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações, no caso de sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a (euro) 650 000 no ano civil anterior.

Outra função do Primavera é gerar o apuramento do IVA após o lançamento informático dos documentos contabilísticos. De modo a garantir a fiabilidade da declaração periódica do IVA gerada pelo Primavera, a entidade de acolhimento elabora um ficheiro de *Excel*. Neste ficheiro é inserido cada valor do IVA de cada documento e, no final tem que coincidir com o montante de IVA a entregar ou a recuperar face ao processado pelo Primavera. Para este processo ser mais fiável, a pessoa que realiza este ficheiro em Excel não deve ser a

mesma que realiza os lançamentos contabilísticos no Primavera, por forma a existir duas opiniões diferentes sobre o mesmo documento ou detetar possíveis duplicados. Ao existir duas opiniões diferentes, estas são discutidas em grupo a fim de se chegar a solução mais adequada ao caso em questão. Pode parecer que o ficheiro de Excel seja um trabalho duplicado mas como referi anteriormente, trata-se de um controlo interno para que existam certezas que a declaração periódica do IVA é entregue sem a ocorrência de erros, o que facilita o trabalho futuro não sendo necessários elaborar regularizações e até mesmo evitar coimas.

5.7. Encerramento de Contas

Outra tarefa realizada por mim realizada no estágio foi o fecho contabilístico do ano de 2013. Para realização desta tarefa é-nos dado um documento, feito pela entidade de acolhimento, que explica todos os passos necessários para o encerramento de contas.

Em primeiro lugar é necessário verificar a passagem de ano de 2012 para 2013, isto é, se esta se encontra igual ao último balancete de 2012. Seguidamente é necessário conferir a aprovação de contas, o apuramento do IVA e as contas do balancete. Após a conferência de contas e a realização dos ajustamentos necessários, é lançado o mês treze. No mês treze é elaborado, na generalidade, o cálculo das depreciações, do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), das estimativas de férias e subsídios de férias (acréscimos). Depois de realizado o mês treze, é calculado o IRC num ficheiro de Excel específico para o efeito. Neste, são inseridos os dados das contas de rendimentos e gastos para apurar o resultado líquido, pagamentos especiais por conta e pagamentos por conta, prejuízos fiscais, a taxa da derrama, montantes a acrescentar e a deduzir o lucro tributável e, tributações autónomas. De modo a calcular os montantes a acrescentar (quadro 7) é necessário percorrer todo o balancete e identificar as contas de gastos que não são aceites fiscalmente como gasto do exercício, tais como as correções relativas a períodos anteriores. Relativamente às tributações autónomas, usualmente, existem as ajudas de custo que não são cobradas aos clientes e as despesas não documentadas. Após calcular o resultado do ano no ficheiro de Excel é elaborado o mês catorze no

Primavera. No mês catorze, é gerado numa primeira fase o resultado antes de impostos e só depois é que se insere, tendo por base o calculo auxiliar efetuado no ficheiro do Excel, o valor de IRC a pagar. Por último, é gerado o resultado após impostos.

Ultimamente são geradas as demonstrações financeiras da entidade, designadamente, o balanço e a demonstração de resultados em que são conferidos os valores destes com o balancete.

5.8. Entrega da Declaração Modelo 22 do IRC

A declaração Modelo 22 do IRC é preenchida através do ficheiro de Excel utilizado para o cálculo de IRC, explicado anteriormente. Dado ao trabalho antecipado, no momento da entrega da Declaração Modelo 22 do IRC os dados são apenas transportados do ficheiro de Excel para a mesma.

5.9. Estudo sobre programas comunitários de apoio às empresas

Durante a permanência na entidade de acolhimento foi-me proposta a realização de um estudo sobre os programas de apoio às empresas, por forma a criar uma ferramenta organizacional. Esta ferramenta tem como principal utilidade prestar um serviço de aconselhamento às empresas clientes sobre os apoios que estas podem requisitar desde a contratação à inovação e desenvolvimento e ao investimento.

Numa primeira fase realizei um estudo sobre todos os programas de apoio direcionados às empresas, selecionando apenas aqueles que se integram nas características de todas as empresas clientes. Este estudo incidiu na procura de incentivos oferecidos, maioritariamente, pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), pelo Instituto da Segurança Social, I.P e pelo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). Após uma pesquisa longa, criei uma folha de Excel com o objetivo de comparar os incentivos mediante cada categoria por forma a ajudar na escolha do programa mais adequado para cada tipo de situação/ empresa. Esta folha contém a seguinte informação de cada programa:

- Definição;
- Público-alvo;

- Apoio financeiro e, em certos casos, apoio de formação;
- Requisitos necessários da entidade para que possa concorrer;
- Requisitos de atribuição ao apoio;
- Candidatura: como e onde candidatar-se.

De modo a que esta ferramenta seja credível, o estudo destes programas deve ser contínuo pois estes funcionam por de prazos.

Capítulo 6- Aplicação prática da DFC

O objetivo neste capítulo recai sobre a elaboração de uma ferramenta de análise sobre a DFC a ser utilizada pela entidade de acolhimento. Esta ferramenta é intitulada por “Demonstração de fluxos de caixa”.

6.1. Necessidade de criação da ferramenta: “Demonstrações de fluxos de caixa”

Embora a maioria dos clientes da entidade de acolhimento sejam pequenas ou microempresas, e por isso não são obrigadas a divulgar esta demonstração, a *My Business* elabora a DFC não só para os clientes que adotam a norma contabilística para entidades sem fins lucrativos, cuja sua divulgação é obrigatória pois não ultrapassam 150.000€ do volume de negócios, como também em processos de revitalização e recuperação de empresas.

Sempre que a entidade de acolhimento tem que elaborar a DFC esta realiza-a à “mão” pois evita utilizar o programa de contabilidade para a obter a DFC devido à omissão de informação referente às contas utilizadas para cálculo de cada rubrica. A *My Business* não tem nenhuma ferramenta que calcule esta demonstração de forma automática, o que traduz uma maior perda de tempo por quem a está a elaborar e um aumento do risco de não ser bem concebida.

Como já foi referido anteriormente, a *My Business* elabora um relatório de análise de gestão para entregar aos seus clientes presencialmente. Sempre que uma empresa cliente peça para a entidade de acolhimento dar um parecer do seu estado financeiro, esta realiza o *report* da sua situação. O relatório apresentado pela *My Business* expõe várias análises feitas quer à demonstração de resultados quer ao balanço, não apresentando assim uma análise aos fluxos de caixa.

Ao conversar com o orientador de estágio, este refere que a elaboração da DFC é essencial embora não obrigatória. Contudo, por não ter uma ferramenta que a elabore torna-se difícil a execução desta para todas as empresas clientes. Este também revela que seria importante inserir a informação prestada pela DFC no relatório de gestão criado pela empresa, e revela que a falta da sua análise é uma falha da *My Business* na medida em que pode influenciar negativamente os

pareceres dados por esta. Assim, a ferramenta apresentada no presente relatório tem como função socorrer a estas falhas.

6.2. Ferramenta “demonstração de fluxos de caixa”: Propósito

Nos dias de hoje é importante uma empresa não se preocupar apenas na obtenção de lucro máximo, é também necessário que exista especial atenção na capacidade que a empresa tem em gerar dinheiro e conseguir dar cobertura a todos os seus pagamentos, quer ligados à atividade operacional da empresa quer ligados ao seu investimento e financiamento. De modo a que as empresas protejam a sua saúde financeira é criada a ferramenta “demonstração de fluxos de caixa” com a intenção de avaliar o fluxo de caixa e de interpretar possíveis melhorias através da sua análise.

A criação da ferramenta “demonstração de fluxos de caixa” tem como utilidade auxiliar três posições distintas, a do utilizador, a da entidade e a do cliente.

Para o utilizador a criação desta ferramenta tem, numa primeira fase, o intuito de ajudá-lo a elaborar a DFC de forma fiável e rápida, sem a necessidade de conhecimentos alargados sobre a mesma. Além de elaborar a DFC automaticamente, esta ferramenta permite ao utilizador não só compreender quais as rubricas que mais se salientam na obtenção do valor final, como também permite alcançar uma análise mais profunda da mesma através de rácios e indicações dados pelos mesmos.

Para a entidade de acolhimento, o objetivo principal da criação da ferramenta “demonstração dos fluxos de caixa” prende-se com a melhoria do serviço prestado aos seus clientes, através do aumento da credibilidade do parecer dado a estes. Este aumento é conseguido através da utilização e do relacionamento da informação pertinente retirada pelo utilizador da ferramenta com todas as outras demonstrações.

Por último, para o cliente o objetivo principal desta ferramenta recai na informação que lhe é dada relativamente à análise da sua empresa. Esta ferramenta irá facultar-lhe informação com mais qualidade tornando as suas possíveis decisões mais acertadas.

6.3. Elaboração da ferramenta: pressupostos iniciais

Para que esta ferramenta seja o mais fiável possível para os seus utilizadores, a sua conceção será realizada através da pesquisa proporcionada na parte anterior, de exemplos práticos realizados pelos diversos autores e da ajuda do orientador da entidade de acolhimento.

Consequência da necessidade de utilização de fórmulas para automatizar a elaboração da DFC, a ferramenta criada é construída num ficheiro de *Excel*.

Sendo o método direto, o método de apresentação obrigatório conforme Decreto-Lei nº 158/2009, a ferramenta tem como objetivo elaborar a DFC através deste.

Devido ao facto da criação desta ferramenta ter como principal propósito a sua integração no serviço oferecido pela entidade de acolhimento, esta só será recetiva a informação obtida através do programa Primavera.

6.4. Elaboração da ferramenta: Elementos necessários

Embora a teoria estudada na primeira parte deste relatório indique que os elementos necessários para a criação da DFC sejam os balanços comparativos, a demonstração de resultados e outros dados complementares, a elaboração da DFC por esta ferramenta será obtida através de balancetes acumulados analíticos e dos anexos referentes aos balanços.

Sendo a elaboração do encerramento de contas dividida em dois meses diferentes, mês treze em que é elaborado o cálculo das depreciações, do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e as estimativas de gastos e rendimentos (acréscimos) e mês catorze em que é elaborado o apuramento de resultados e gerado o valor sobre o imposto, é necessário a utilização de dois balancetes acumulados referentes a estes meses, pois nenhum só por si indica o valor correto da classe 6 e 7 e os saldos das contas 24.

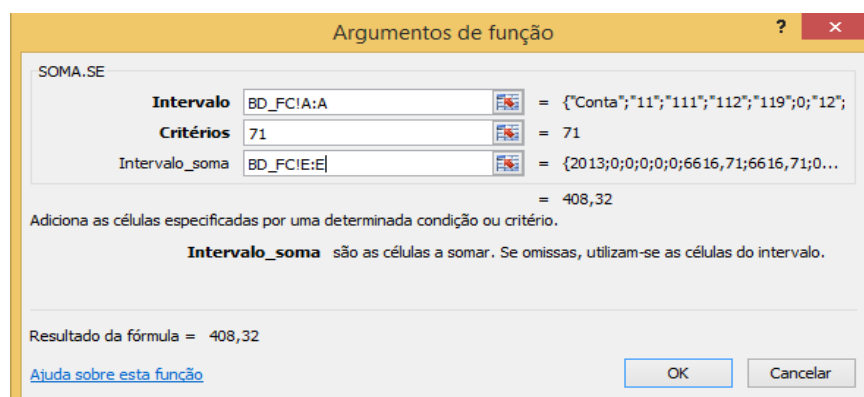
6.5. Elaboração da ferramenta: Criação

De modo a que a elaboração da DFC seja o mais perceptível possível, foi necessário criar três separadores denominados por BD_Caixa, Cálculos_DFC e Demonstração de Fluxos de Caixa (apêndice a).

A folha de cálculo denominada por BD_Caixa (apêndices b,c,d) não é mais do que a base de dados necessária para todo o processo de elaboração da DFC, tendo como utilidade auxiliar os cálculos necessários para obter as diversas rubricas desta demonstração. Para o preenchimento desta folha é necessário que o utilizador exporte os balancetes acumulados referentes à empresa em questão, tendo o cuidado de retirar do Primavera o balancete acumulado do mês treze e mês catorze relativos a cada ano objeto de análise. Após a exportação do programa informático é necessário integrar os ditos balancetes nesta folha, nomeadamente nos sítios respeitantes a cada um deles.

A folha intitulada por Cálculos_DFC é o núcleo de toda a ferramenta na medida em que é através dela que se calcula e obtém as diversas rubricas da DFC, sendo estas compostas pelas diversas contas utilizadas na contabilidade e exibidas na BD_Caixa. De modo a obter o valor correspondente de cada conta são utilizadas fórmulas que automatizam todos os cálculos necessários. Estas fórmulas são feitas a partir da folha BD_Caixa que integra os balancetes. O intuito das referidas fórmulas é procurar na base de dados o valor respetivo às contas necessárias de modo a calcular o valor correspondente de cada rubrica. É assim utilizada a fórmula do Excel conhecida por “SOMA.SE”, como abaixo indicado.

Figura 3- Argumentos da função SOMA.SE




Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Relativamente aos argumentos de função entende-se o intervalo como o conjunto de células que se deseja avaliar, sendo este composto pela coluna presente na folha BD_Caixa que expõe todas as contas utilizadas na contabilidade de determinada empresa. O critério corresponde à condição na forma de um número que define quais as células a serem adicionadas, sendo neste caso a conta que se quer obter para o cálculo da rubrica em questão. O Intervalo_soma, por sua vez, corresponde ao conjunto de células que integram a coluna pertencente à folha BD_Caixa, correspondente ao valor da conta que é argumentada na função. Após a indicação destes argumentos, o objetivo da fórmula é calcular o valor da componente, caso esta obedeça ao critério indicado.

Quando o objetivo é calcular a variação de uma conta, utiliza-se uma fórmula para calcular o ano N, subtraindo-se outra mesma fórmula para o ano N-1, como apresentado na figura 7 *infra* apresentada.

Figura 4- Demonstração da fórmula que calcula as variações dos saldos das contas

 =SOMA.SE(BD_CAIXA!Q:Q;211;BD_CAIXA!X:X)+(SOMA.SE(BD_CAIXA!I:I;211;BD_CAIXA!P:P))

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Após a realização das fórmulas necessárias e tendo em atenção todas as variáveis, obtém-se o total de cada rubrica.

Seguidamente são apresentadas as tabelas chave, componentes da folha Cálculos_DFC, que exibem as contas utilizadas na contabilidade necessárias para o cálculo de cada rubrica. Para garantir a sustentabilidade desta ferramenta, esta será apresentada com um exemplo. A empresa alvo desta representação é a Fictício Construções, Lda. cuja área de negócio é a construção civil e teve início de atividade económica no ano de 2010. Em anexo é apresentada a folha BD_Caixa sendo incorporada pelos balancetes analíticos acumulados dos anos de 2011,2012 e 2013.

6.5.1. Atividades Operacionais

Como já referido na primeira parte do presente relatório, os fluxos de caixa das atividades operacionais são os meios monetários que entram e saem em consequência das operações de compra, venda e produção bem como de outras atividades que não sejam consideradas de investimento e ou de financiamento.

Os recebimentos de clientes são a rubrica que apresenta o valor dos recebimentos feitos pelos clientes durante o período em análise.

Tabela 6 - Cálculo do Recebimento de Clientes

RECEBIMENTO DE CLIENTES				
		2013	2012	2011
71-Vendas	+	11 292,21 €	1 406,00 €	1 500,00 €
72-prestações de serviços	+	22 390,67 €	24 615,51 €	3 190,00 €
2433 - 24341	+	5 069,46 €	3 280,95 €	415,80 €
781- Rendimentos suplementares	+	- €	- €	- €
683 Dívidas incobráveis	-	- €	- €	- €
211- Variação Saldo de Clientes C/Corrente	+	- 16 821,15 €	5 105,80 €	- 5 105,80 €
212- Variação Saldo de Clientes- Titulos a receber	+	- €	- €	- €
217- Cobrança duvidosa	+	- €	- €	- €
218- Variação de Adiantamento de Clientes	+	- €	- €	- €
682- Descontos de pronto pagamento concedidos	-	- €	- €	- €
276- Variação Adiantamento por conta de vendas	+	- €	- €	- €
TOTAL =		21 931,19 €	34 408,26 €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Uma venda significa uma entrada imediata ou futura de dinheiro. Para a obtenção do valor dos recebimentos de clientes é necessário ajustar ao somatório das vendas, prestações de serviços e rendimentos suplementares, todas as variáveis que alterem o valor líquido a receber, tal como apresentado na tabela 6. São exemplos dessas variáveis: a variação do saldo da contas de clientes e adiantamentos dos mesmos, as dívidas consideradas incobráveis e os descontos de pronto pagamento concedidos.

Tabela 7- Cálculo dos Pagamentos a Fornecedores

PAGAMENTO A FORNECEDORES				
		2013	2012	2011
61- CMVMC	+	13 353,53 €	17 609,28 €	5 584,67 €
62-FSE	+	6 631,60 €	4 651,80 €	422,00 €
2432-24342	+	4 274,05 €	4 968,83 €	1 127,76 €
32- Variação de inventários- mercadorias	+	- €	- €	- €
33- Variação de inventários- matérias-primas	+	- €	- €	- €
39- Variação de adiantamentos por conta de compras	+	- €	- €	- €
37- Variação de Activos biológicos	+	- €	- €	- €
38- Regularização de inventários	-	- €	- €	- €
221- Variação Saldos de fornecedores- C/ Correntes	+	- 752,00 €	325,65 €	- 325,65 €
222- Variação Saldo de Fornecedores- Titulos a pagar	+	- €	- €	- €
225- Variação Saldo Fornecedores- Facturas em conferência	+	- €	- €	- €
228- Variação Saldo Fornecedores- Adiantamentos	+	- 7 345,65 €	7 345,65 €	- €
782- Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,11 €	13,98 €	- €
TOTAL =		16 161,42 €	34 887,23 €	6 808,78 €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

A rubrica dos pagamentos a fornecedores inclui todos os pagamentos efetuados aos fornecedores durante o período em análise. Uma compra significa uma saída imediata ou futura de dinheiro. Para calcular o total dos pagamentos a fornecedores, como exposto na tabela 7 *supra* apresentada, torna-se necessário adicionar ao valor das compras os fornecimentos e serviços externos (FSE). Após tal adição, deve-se ajustar esse valor à variação do saldo das contas de fornecedores e adiantamentos aos mesmos, os descontos de pronto pagamento obtidos, as possíveis regularizações de inventários, entre outros.

Tabela 8- Cálculo do Pagamento ao Pessoal

PAGAMENTO AO PESSOAL				
		2013	2012	2011
63- Gastos com o pessoal	+	8 500,95 €	2 639,81 €	17,70 €
635- Encargos com pessoal	-	1 294,29 €	412,60 €	- €
636- Seguros de acidentes de trabalho	-	12,58 €	194,66 €	17,70 €
242- Retenções de IRS ao pessoal	-	- €	- €	- €
245- Contribuições à segurança social	-	453,87 €	189,04 €	- €
231- Variação do saldo remunerações a pagar	+	7,13 €	- 380,23 €	- €
232- Variação Adiantamentos	+	- €	- €	- €
237- Variação Cauções	+	- €	- €	- €
238- Variação Outras Operações	+	- €	- €	- €
272212- Variação Remunerações a pagar	+	- 2 275,58 €	- €	- €
TOTAL =		4 471,76 €	1 463,28 €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Numa primeira fase, considera-se o pagamento ao pessoal o montante total dos gastos com o pessoal (conta 63) suportado no ano em análise. Sendo o

valor dos gastos relativos aos encargos com o pessoal (conta 635) pagos à segurança social e não aos trabalhadores, este valor deve ser retirado do cálculo do pagamento ao pessoal e incluído no cálculo relativo a outros pagamentos à segurança social e IRS. Pelo mesmo motivo, os gastos relativos aos seguros (conta 636) também devem ser retirados pois são pagos a seguradoras e não a trabalhadores, sendo assim incluídos no cálculo de outros recebimentos/pagamentos. Em virtude de existirem valores a pagar ao pessoal, é também necessário ajustar ao valor do pagamento ao pessoal a variação do saldo das contas: do pessoal, credores por acréscimos e diferimentos de gastos relacionados com o pessoal, bem como adiantamentos aos mesmos.

Tabela 9- Pagamentos do Imposto sobre o Rendimento

PAGAMENTOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO				
		2013	2012	2011
8121- Imposto estimado para o período	+	576,30 €	79,64 €	- €
7882- Excesso da estimativa para o período	-	- €	- €	- €
7885- Restituição de impostos	-	- €	- €	- €
6885- Insuficiência de estimativa para impostos	+	- €	- €	- €
241-Variação da conta imposto sobre o rendimento (CR)	+	- 815,22 €	- 79,64 €	- €
241- Variação da conta imposto sobre o rendimento (DV)	+	318,56 €	- €	- €
TOTAL =		79,64 €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

O pagamento do imposto sobre o rendimento inclui todos os pagamentos relativos a este no período em análise. O valor do imposto sobre o rendimento que deve ser pago é aquele considerado como o estimado para o período, subtraindo o seu possível excesso e adicionando a sua possível insuficiência. Caso existam variações na conta 241- imposto sobre o rendimento, estas devem ser tidas em conta para uma obtenção correta do valor pago.

Tabela 10- Outros pagamentos/recebimentos

OUTROS PAGAMENTOS/ RECEBIMENTOS			
	2013	2012	2011
75- Subsídios à exploração +	- €	- €	- €
783-Recuperação de dívidas a receber- não respitem cliente +	- €	- €	- €
788- Outros rendimentos +	- €	3,69 €	- €
7882- Excesso de estimativa para impostos -	- €	- €	- €
7885- Restituição de impostos -	- €	- €	- €
636- Seguros -	12,58 €	194,66 €	17,70 €
681- Impostos -	17,09 €	78,72 €	72,07 €
688- Outros ganhos e perdas -	4,45 €	392,12 €	3,69 €
6885- Insuficiência da estimativa para impostos +	- €	- €	- €
2781- Variação- Outros devedores +	- 3 404,18 €	- €	- €
-2781103- Devedores de Alienação de AFT +	- €	- €	- €
-2781104- Devedores de Alienação de AFI +	- €	- €	- €
-2781105- Devedores de Alienação +	- €	- €	- €
2721- Variação- Devedores por acrésc. de rendimentos +	- €	- €	- €
-272111 - Variação Juros a receber (Act. Inv.) +	- €	- €	- €
2782- Variação- Outros credores +	2 189,49 €	2 294,28 €	307,50 €
281- Variação- Gastos a reconhecer +	- €	194,66 €	- 194,66 €
2722- Variação- Credores por acréscimos de gastos +	2 245,32 €	53,17 €	- €
-272212- Variação -Remunerações a Pagar +	- 2 275,58 €	- €	- €
-272213- Variação - Juros a liquidar/pagar +	- €	- €	- €
282- Variação- Rendimentos a reconhecer +	- €	- €	- €
TOTAL =	- 1 279,07 €	1 880,30 €	19,38 €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Todos os outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional que não estejam calculados anteriormente são incorporados na mesma rubrica, como apresentado na tabela 10, sendo os pagamentos relativos ao IVA apresentados na tabela 11, e ao IRS e segurança social na tabela 12.

Como apresentado na tabela 10, nesta rubrica considera-se o valor de outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas. O valor compreendido relativamente aos outros rendimentos e ganhos é o seu valor global (conta 78) subtraindo os valores correspondentes das contas 7882- excesso de estimativa para impostos e 7885- restituição de impostos, já integrados no cálculo do pagamento de imposto sobre o rendimento. Pelo mesmo motivo, o valor correspondente aos outros gastos e perdas (conta 68) é o seu valor global subtraindo o valor da conta 6885- insuficiência da estimativa para impostos. Nesta rubrica também é necessário existir atenção a possíveis dívidas não liquidadas, sendo essencial ajustar o valor de todos os recebimentos e pagamentos às variações das seguintes contas:

- Variação do saldo da conta 2781- outros devedores, deduzindo a variação do saldo das contas correspondentes aos outros devedores respetivos à alienação de ativos (integrada nas atividades de investimento);
- Variação do saldo da conta 2782- outros credores;
- Variação do saldo da conta 281- rendimentos a reconhecer;
- Variação do saldo da conta 282- gastos a reconhecer;
- Variação do saldo da conta 2721- devedores por acréscimos de rendimentos, subtraindo a variação do saldo da conta 272111- juros a receber (integrada nas atividades de investimento).
- Variação do saldo da conta 2722- credores por acréscimos de gastos, deduzindo as variações do saldo da conta 272212- remunerações a pagar (integrada no cálculo do pagamento ao pessoal) e da conta 272213- juros a pagar (integrada nas atividades de financiamento).

Tabela 11- Pagamento/Recebimento IVA

OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS -> IVA			
	2013	2012	2011
2436 + 2439 - saldo inicial de IVA a pagar + saldo inicial liquidações oficiosas +	- €	- €	- €
2436- saldo final de IVA a pagar + saldo final liquidações oficiosas	- €	- €	- €
2437+ 2438 -saldo final de IVA a recuperar + saldo final reembolsos pedidos +	1 011,07 €	2 399,84 €	711,96 €
2437 +2438 -saldo inicial de IVA a recuperar + saldo inicial reembolsos pedid -	2 399,84 €	711,96 €	- €
2433- IVA liquidado	+ 5 069,46 €	3 280,95 €	415,80 €
2432- IVA dedutível	- 3 844,42 €	4 996,47 €	1 129,26 €
24342-IVA Regularizações a Favor do Estado	+ 163,73 €	27,64 €	1,50 €
24341- IVA Regularização a Favor da Empresa	- €	- €	- €
TOTAL =	0,00 €	0,00 €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Por forma a conhecer o valor pago/recebido ao estado relativamente ao IVA, isolou-se o cálculo deste perante todos os outros. Para obter este valor, como *supra* apresentado na tabela 11, é necessário subtrair à soma do IVA liquidado e de regularizações a favor do estado, o IVA dedutível e de regularizações a favor da empresa. Após a obtenção do cálculo acima descrito é necessário ajustá-lo às variações dos saldos das contas de IVA a pagar, de IVA a receber, de liquidações oficiosas de IVA e de reembolsos pedidos de IVA.

Tabela 12- Pagamento de retenções de IRS e SS

OUTROS PAGAMENTOS ->RETENÇÕES IRS E SS + ENCARGOS			
	2013	2012	2011
242- Retenções IRS efetuadas +	- €	- €	- €
242-Saldo final (CR) de EOEP- Retenção de IRS -	- €	- €	- €
242-Saldo inicial (CR) de EOEP- Retenção de IRS +	- €	- €	- €
245-Retenções de Seg. Social efetuadas ao Pessoal +	453,87 €	189,04 €	- €
635- Encargos sobre Remunerações +	1 294,29 €	412,60 €	- €
245-Saldo final (CR) de EOEP- Contribuições para a S. S. -	291,36 €	353,46 €	- €
245-Saldo inicial (CR) de EOEP- Contribuições para a S.S.+	353,46 €	- €	- €
TOTAL =	1 810,26 €	248,18 €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Pelo mesmo motivo de isolamento do cálculo relativo ao IVA, o cálculo do pagamento de retenções de IRS e o à Segurança Social também é isolado. Quer para o cálculo do pagamento relativo às retenções de IRS quer para o da segurança social, é necessário calcular o valor das retenções de IRS/SS efetuadas, subtraindo ao valor da conta 242/245 (a crédito) o saldo final do ano anterior. A este valor é ajustada a variação do saldo da mesma conta.

6.5.2. Atividade de Investimento

Para o cálculo das atividades de investimento é necessário que o utilizador da ferramenta recorra ao anexo do balanço e demonstrações de resultados, por forma a obter os valores exatos das alienações, aquisições e depreciações acumuladas.

Tabela 13- Recebimentos de Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento

RECEBIMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS/PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			
	2013	2012	2011
41- Valor das alienações ds inv. Financeiros (anexo) +			
421- Terrenos e recursos naturais (anexo) +			
422- Edifícios e outras construções (anexo) +			
423- (anexo) +			
424- (anexo) +			
425- (anexo) +			
426- Outras propriedades de investimento (anexo) +			
427- (anexo) +			
428- Depreciações acumuladas -			
7852- Rendimentos e ganho em subsidiárias, assoc. e empreend. conjunt-a +	- €	- €	- €
7862- Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros. Alienações +	- €	- €	- €
7883- Imputação de subsídios para investimentos +	- €	- €	- €
7884- Ganhos em outros instrumentos financeiros +	- €	- €	- €
6853- Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos- Alie -	- €	- €	- €
6862- Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros- Alienações -	- €	- €	- €
2781105- Variações das dívidas de contas a receber relativas à alienaç.de I +	- €	- €	- €
TOTAL =	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Os recebimentos de investimentos financeiros incluem os recebimentos relativos à alienação de investimentos financeiros e reembolso de empréstimos concedidos a médio e longo prazo. Este valor é calculado como *supra* apresentado na tabela 13.

Tabela 14- Recebimentos de Ativos fixos tangíveis

RECEBIMENTOS DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
	2013	2012	2011
431-Terrenos e recursos naturais (anexo) +			
432-Edifícios e outras construções (anexo) +			
433- Equipamento básico (anexo) +			
434- Equipamento de transporte (anexo) +			
435- Equipamento administrativo (anexo) +			
436- Equipamentos biológicos (anexo) +			
437- Outros activos fixos tangíveis (anexo) +			
438- Depreciações acumuladas das activos fixos tangíveis (anexo) -			
78713- Rendimentos e ganhos em invest. não finan.- Alienações AF +	- €	- €	- €
78723- Rendimentos e ganhos em invest. não finan.- Sinistros AFT +	- €	- €	- €
68713- Gastos e perdas em investimento não finan.- Alienações AF -	- €	- €	- €
68723- Gastos e perdas em investimento não finan.- Sinistros AFT -	- €	- €	- €
2781-Variação das contas a receber relativas à alienação de AFT +	- €	- €	- €
TOTAL =	- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Tabela 15-Recebimento de Ativos Fixos Intangíveis

RECEBIMENTO DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS			
	2013	2012	2011
441- Goodwill (anexo) +			
442- Projectos de desenvolvimento (anexo) +			
443- Programas de computador (anexo) +			
444- Propriedade industrial (anexo) +			
445- ... +			
446- Outros ativos intangíveis (anexo) +			
447- ... +			
448- Depreciações acumuladas das ativos fixos intangíveis (anexos) -			
78714- Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros- Alienações AF+	- €	- €	- €
78724- Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros- Sinistros AFI +	- €	- €	- €
68714- Gastos e perdas em investimento não financeiros- Alienações AF -	- €	- €	- €
68724- Gastos e perdas em investimento não financeiros- Sinistros AFI -	- €	- €	- €
2781-Variação das contas a receber relativas à alienação de AFI +	- €	- €	- €
TOTAL =	- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Relativamente aos recebimentos provenientes de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estas rubricas incluem as entradas de meios monetários relativos à alienação e a possíveis sinistros dos mesmos, como apresentado na tabela 14 e 15 respetivamente. O valor recebido aquando a alienação de ativos fixos é calculado da seguinte forma:

Alienação de Ativos fixos = valor do desreconhecimento do ativo - depreciações acumuladas + mais-valias - menos-valias + variação da conta de outros devedores relativos a ativos fixos

Por sua vez, o valor recebido aquando o sinistro de ativos fixos é obtido através do seguinte cálculo:

Sinistro de Ativos fixos= valor do desreconhecimento do ativo - depreciações acumuladas + ganhos provenientes - perda provenientes

A rubrica recebimentos provenientes de subsídios de investimento inclui todos os subsídios de investimento recebidos no período em análise. Estes serão incluídos diretamente na folha “demonstração dos fluxos de caixa”.

Tabela 16- Recebimentos de juros e rendimentos similares

RECEBIMENTOS DE JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES				
		2013	2012	2011
791- Juros obtidos	+	- €	- €	- €
798- Outros Rendimentos Similares	+	- €	- €	- €
7873- Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	+	- €	- €	- €
7868- Outros rendimentos e ganhos	+	- €	- €	- €
272111 Variação da subconta -juros a receber	+	- €	- €	- €
26- Variação da conta accionistas/ sócios relativas a crédito de juros	+	- €	- €	- €
TOTAL =		- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

A rubrica recebimentos provenientes de juros e rendimento similares inclui todos os juros e recebimentos similares não considerados operacionais e recebidos no período. A esta rubrica são adicionados também os rendimentos obtidos pelas propriedades de investimento.

Tabela 17- Recebimentos de dividendos

RECEBIMENTOS DE DIVIDENDOS				
		2013	2012	2011
792- Dividendos obtidos	+	- €	- €	- €
265- Variação da subconta- dividendos	+	- €	- €	- €
TOTAL =		- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

O recebimento de dividendos inclui os dividendos recebidos no exercício como na tabela 17, *supra* apresentada.

Tabela 18- Pagamentos provenientes de investimentos financeiros

PAGAMENTOS PROVINIENTES DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Aquisições do ano	2013	2012	2011
411- Investimentos em subsidiárias (anexo) +			
412- Investimentos em associadas (anexo) +			
413- Investimentos em entidades conjuntamente controladas (anexo) +			
414- Investimentos noutras empresas (anexo) +			
415- Outros investimentos financeiros (anexo) +			
416- ... (anexo) +			
417-... (anexo) +			
418-... (anexo) +			
275-Variação do saldo da conta Credores por subscrições não liberadas +	- €	- €	- €
TOTAL =	- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Tabela 19-Pagamentos provenientes de propriedades de investimento

PAGAMENTOS PROVINIENTES DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			
	2013	2012	2011
421- Terrenos e recursos naturais (anexo) +			
422- Edifícios e outras construções (anexo) +			
423-... (anexo) +			
424-... (anexo) +			
425-... (anexo) +			
426- Outras propriedades de investimento +			
2711112- Variação - fornecedores de investimentos- Prop. Inv +	- €	- €	- €
2712112-Variação- Faturas em receção e conferência- Prop. Inv +	- €	- €	- €
2713112- Variação Adiantamentos- Fornecedores de Investimento- Prop. Inv +	- €	- €	- €
TOTAL =	- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

A rubrica pagamentos provenientes de investimentos financeiros e propriedade de investimentos inclui os pagamentos relativos à aquisição dos mesmos. Após obtidos os valores das aquisições no anexo, no caso dos investimentos financeiros, é ajustado a esse valor a variação do saldo da conta 275-credores por subscrições não liberadas, como demonstra a tabela 18. No caso das propriedades de investimento, é necessário ajustar aos valores das aquisições a variação do saldo da conta 2711- Fornecedores de investimento relativos às propriedades de investimento, como apresentado na tabela 19.

Tabela 20- Pagamentos relativos a ativos fixos tangíveis

PAGAMENTOS RELATIVOS A ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
	2013	2012	2011
431-Terrenos e recursos naturais +			
432- Edifícios e outras construções +			
433- Equipamento básico +			
434- Equipamento de transporte +	10 000,00 €		
435- Equipamento administrativo +			
436- Equipamentos biológicos +			
437- Outros ativos fixos tangíveis +			
2711113- Variação da subconta- fornecedores de investimentos- AFT +	- €	- €	- €
2712113-Variação Faturas em receção e conferência- AFT +	- €	- €	- €
2713113- Variação Adiantamentos- Fornecedores de Investimento- AF +	- €	- €	- €
TOTAL =	10 000,00 €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Tabela 21- Pagamentos relativos a ativos fixos intangíveis

PAGAMENTOS RELATIVOS A ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS			
	2013	2012	2011
441- Goodwill +			
442- Projetos em desenvolvimento +			
443- Programas de computador +			
444- Propriedade Industrial +			
446- Outros ativos intangíveis +			
2711114- Variação - fornecedores de investimentos- AFI +	- €	- €	- €
2712114-Variação Faturas em receção e conferência- AFI +	- €	- €	- €
2713114- Variação Adiantamentos- Fornecedores de Investimento- AF +	- €	- €	- €
TOTAL =	- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

No caso dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, é ajustado ao valor das aquisições à variação do saldo da conta de fornecedores de investimentos como demonstram as tabelas 20 e 21, respetivamente.

6.5.3. Atividades de Financiamento

Especialmente para as atividades de financiamento, quando existem variáveis cujos cálculos possam obter um recebimento ou um pagamento é necessário criar na folha “Demonstração dos fluxos de Caixa” a fórmula denominada por “SE”. O propósito desta fórmula é o de fiscalizar se os valores obtidos na folha “Cálculos_DFC” são positivos ou negativos, incorporando os valores positivos nos recebimentos e os valores dados como negativos nos pagamentos.

Tabela 22- Recebimentos/pagamentos relativos ao capital, prestações suplementares e prêmios de emissão

RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS -> CAPITAL, PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E PRÊMIOS DE EMISSÃO			
	2013	2012	2011
Aumento da conta 51- Capital +	960,60 €	- 960,60 €	8 000,00 €
Aumento da conta 53- Outros instrumentos de capital próprio +	- €	- €	- €
Aumento da conta 54- Prêmios de emissão +	- €	- €	- €
261 + 262 -	960,60 €	- 960,60 €	960,60 €
TOTAL =	- €	- €	7 039,40 €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Os recebimentos/pagamentos provenientes de capital, prestações suplementares e prêmios de emissão são calculados através da variação do saldo da sua conta correspondente. Conforme parágrafo 8 da NCRF 27, se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados, a entidade deve apresentar a quantia a receber como dedução a capital próprio e não como ativo. Quando as ações sejam subscritas mas nenhum dinheiro ou outro recurso tenha sido recebido, nenhum aumento de capital próprio deve ser reconhecido. Face a isto, é necessário deduzir a variação do saldo das contas 261 e 262 ao aumento/diminuição do capital.

Tabela 23- Recebimentos/pagamentos relativos a financiamentos obtidos

RECEBIMENTOS/ PAGAMENTOS RELATIVOS A FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
	2013	2012	2011
2511- Empréstimos bancários	1 870,96 €	60,13 €	- €
2513- Locações financeiras	- €	- €	- €
2521- Empréstimos Obrigacionistas	- €	- €	- €
2531- Participantes de Capital- Empresa-mãe- Suprimentos e outros mútuos	10 000,00 €	- €	- €
2532- Participantes de Capital- Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos	- €	- €	- €
254- Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €	- €
258- Outros financiadores	- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Relativamente às rubricas de recebimentos/pagamentos relativos a financiamentos obtidos, os pagamentos são considerados os reembolsos de capital e os recebimentos são considerados as novas aquisições de dinheiro. Para obter o valor dos recebimentos/ pagamentos de financiamentos obtidos é apenas necessário realizar a variação do saldo das contas respetivas. Caso o valor da variação seja positivo este considera um recebimento de dinheiro, ao invés, se o valor for negativo este considera-se um reembolso de capital (pagamento).

Só existe cobertura de prejuízos quando a conta de resultados transitados se encontra com valores negativos. A cobertura de prejuízos normalmente é feita através da utilização dos resultados líquidos do período positivos, ou em certos casos, através da diminuição da conta de capital social para cobrir tais prejuízos. Este cálculo deve ser feito pelo utilizador da ferramenta.

Tabela 24- Pagamento proveniente de juros e gastos similares

PAGAMENTOS PROVENIENTES DE JUROS E GASTOS SIMILARES				
		2013	2012	2011
691- Juros suportados	+	- €	11,78 €	- €
698-Outros gastos e perdas de financiamento	+	- €	- €	- €
272213- Variação da subconta - Juros a pagar	+	- €	- €	- €
26- Variação da conta Acionistas/ sócios relativas a débitos de juros		- €	- €	- €
TOTAL =		- €	- €	- €

Fonte: Elaboração própria, retirado da ferramenta “ Demonstração de Fluxos de Caixa”

Os pagamentos provenientes de juros e gastos similares incluem todos os juros e gastos similares não considerados operacionais e pagos no período. Estes juros são relativos aos gastos tidos com empréstimos como apresentado na tabela 24 *supra* apresentada.

Para finalizar o primeiro objetivo desta ferramenta, é necessário que o valor total de todos os cálculos acima apresentados se espelhe na folha referente à DFC. De modo a que isso seja possível, são criadas fórmulas que indiquem os valores obtidos em cada ano da folha “Cálculos_DFC”, para as células correspondentes ao mesmo ano da folha “Demonstração dos Fluxos de Caixa”.

Por fim, de forma a controlar a fiabilidade da elaboração da DFC é criado um controlo na folha relativa à “Demonstração dos Fluxos de Caixa”. Este controlo tem como objetivo comparar a variação do saldo de caixa e depósitos bancários refletido nos balanços de n e n-1, com o saldo total da DFC denominado por variação de caixa e seus equivalentes. Para realizar este controlo é necessário incorporar na ferramenta os balanços referentes aos anos em análise (apêndice e), de modo a que o controlo seja utilizável e permita aliviar o utilizador quanto à má conceção da DFC.

CONTROLO = variação de caixa e seus equivalentes (DFC) - variação do saldo de caixa e depósitos bancários (balanço)

6.6. Análise à Demonstração dos Fluxos de Caixa através de Rácios

Os rácios apresentados na primeira parte do presente relatório são utilizados também nesta ferramenta.

Relativamente ao segundo objetivo desta ferramenta, analisar a demonstração de fluxos de caixa através da realização de rácios, este é executado numa nova folha de cálculo denominada por “análise” (apêndice g).

Nesta folha são criados os rácios necessários para a análise de equilíbrio e solidez dos fluxos de caixa, apresentados na parte teórica deste relatório, através das fórmulas necessárias.

Para que estes rácios sejam exequíveis é necessário incorporar também a demonstração de resultados (apêndice f) referente à empresa em questão.

O principal objetivo desta análise depara-se com o aumento da fiabilidade dos pareceres dados pela entidade de acolhimento às suas empresas clientes, não tendo esta parte da ferramenta carácter contínuo.

De modo a auxiliar o utilizador a interpretar os valores obtidos através dos rácios, é criada uma folha de *Excel* denominada por “Interpretação DFC” (apêndice h). Esta folha tem informação detalhada sobre cada rácio calculado, como apresentado na primeira parte do presente relatório.

6.7. Outros utensílios presentes na ferramenta

Esta ferramenta ainda contém uma macro e formatações condicionais que permitam ao utilizador facilitar a utilização desta.

A macro “eliminardados” tem como função apagar os dados presentes da ferramenta após a sua utilização, de modo a que esteja sempre pronta a ser utilizada.

A formatação condicional tem o objetivo de ajudar o cliente a nível visual a analisar a ferramenta. Esta formatação é utilizada na célula referente ao controlo da ferramenta e na folha onde são integrados os rácios. Se o valor obtido de um rácio não é o desejável, a célula que apresenta esse valor fica preenchida a vermelho, ao invés quando obtido um valor do rácio seja favorável a célula fica preenchida a verde.

Capítulo 7- Análise Crítica

As tarefas executadas neste estágio foram bastante diversificadas e abordaram diversas áreas, permitindo um aprofundamento dos conhecimentos obtidos tanto ao longo da licenciatura, como do mestrado.

O facto do período de estágio ter sido nos primeiros meses do ano tive a possibilidade de executar atividades periódicas e essenciais na área da contabilidade, tais como, as operações de fecho de contas e o apuramento de IRC. Estas tarefas aumentam não só o empenho nas tarefas desenvolvidas como o gosto pelo que se estava a realizar. Estas atividades são de conteúdo mais complexo não só porque são elaboradas através do conjunto de informação anual, que requer mais conhecimento na área da contabilidade, como também obrigam a um conhecimento alargado das principais diferenças entre a contabilidade e fiscalidade.

A *My Business* revelou-se, no decorrer do estágio, uma entidade com um ótimo espírito de equipa aliado pelo bom ambiente, em que todos os funcionários são tratados da mesma forma sem que estejam sempre presentes os níveis de hierarquia, evitando possíveis constrangimentos.

Uma das principais fraquezas da entidade de acolhimento deve-se ao desajustamento do *hardware* e *software* utilizado. Em alguns momentos esta fraqueza leva a um nível de desempenho mais reduzido e provoca algum descontentamento por parte dos recursos humanos, penalizando assim o trabalho realizado.

Principalmente nas tarefas aliadas ao encerramento de contas detetaram-se algumas falhas ao nível de ferramentas internas. Por exemplo, aquando o apuramento das perdas por imparidades detetou-se a falta de um documento interno que ajude a calculá-las da forma mais fiável e compreensível possível. Nos anos anteriores, para obtenção das imparidades os cálculos eram feitos por alto não sendo registados, tornando-se difícil o cálculo para este ano pois não se compreendia como se tinham apurado as imparidades no ano anterior. Face a esta falha e devido à utilização sistemática deste termo foi criada uma ferramenta que auxilie o cálculo e que apresente a informação necessária para o cálculo nos anos seguintes.

Outra falha reconhecida aquando o encerramento de contas é o facto das conciliações das contas correntes, quer de fornecedores quer de clientes, serem feitas apenas quando necessário, isto é, nas tarefas de encerramento de contas. É prudente que a *My Business* tente recrutar esforços para realizar estas conciliações durante todo o ano, de modo a preparar os dados necessários para que não exista perda de tempo nesta fase.

De modo a não correr o risco de existir trabalho acrescido nas alturas das obrigações fiscais, mais do que é normal, é prudente que a entidade de acolhimento estabeleça prazos únicos para a entrega dos documentos, por parte dos clientes. Sendo as faturas e notas de crédito, emitidas pelos clientes, a maior preocupação da *My Business* perante as obrigações fiscais devido às consequências de ocultação/esquecimento das mesmas, esta dá pouca atenção aos documentos relativos às aquisições. Para que a fiabilidade do relato financeiro não seja posta em causa, a entidade de acolhimento poderá ajudar os clientes a utilizar o E-Fatura como ferramenta de controlo sobre todos os documentos de aquisição, de modo a que todos eles sejam entregues.

Como é normal, existem empresas cujo tratamento é mais complexo. Tal complexidade torna difícil o tratamento contabilístico acertado e levanta bastantes questões. Por forma a facilitar a entidade de acolhimento deverá agendar reuniões com esses clientes para que as questões sejam todas respondidas a um tempo certo.

O principal ponto forte da entidade de acolhimento quanto aos seus procedimentos de trabalho são as ferramentas internas que esta tem a disposição, como a utilização de vários ficheiros de *Excel* para prevenir erros e irregularidades nos lançamentos contabilísticos.

Em suma, o estágio foi uma oportunidade bastante enriquecedora quer no desenvolvimento de competências profissionais quer de competências interpessoais.

Capítulo 8- Conclusão

As constantes mudanças que estamos a atravessar quer a um nível económico quer financeiro, tornam necessário o desenvolvimento de uma gestão de recursos cada vez mais rigorosa e inflexível no que toca aos métodos e às técnicas em utilização, com o fim de obter a informação mais fiável possível para uma tomada de decisão.

A DFC, ao estar inserida nas principais demonstrações financeiras, proporciona e influencia informação útil aos seus utentes na tomada de decisões e políticas económicas, demonstrando-se assim uma ótima ferramenta estratégica para a gestão. A informação oferecida por esta demonstração tem como base as alterações na posição financeira de uma empresa, avaliando essencialmente, a capacidade da empresa em gerar e utilizar recursos nas suas atividades operacionais, de investimentos e de financiamento durante o período que relata e a sua sobrevivência.

Embora a obrigatoriedade de apresentação da DFC não seja imposta às pequenas e micro entidades, a sua realização torna-se necessária pois os gestores deste tipo de entidades, que são maioritariamente os seus próprios empresários, acreditam que ter uma empresa bem gerida é o mesmo que tê-la a produzir e a vender esquecendo-se da sua liquidez. Como referido continuamente no presente trabalho, o facto de uma entidade obter resultados positivos na base de acréscimo não significa que tenha dinheiro disponível (liquidez), percebendo-se assim a urgência da utilização da DFC para identificar a situação real de uma entidade.

Através deste estudo, concluiu-se que a principal diferença entre os normativos existentes sobre a DFC, a NCRF 2 e a IAS 7, é relativa ao modo previsto do relato dos fluxos de caixa das atividades operacionais. A NCRF 2 obriga a que se utilize o método direto na apresentação da DFC, enquanto a IAS 7 encoraja na mesma este método mas permite ao mesmo tempo a utilização do método indireto para a sua apresentação.

Relativamente à análise financeira de uma entidade, podemos concluir que a análise à DFC enquadra-se na análise dinâmica da empresa tendo como principal objetivo relacionar a informação resultante da demonstração de

resultados com a informação derivada da DFC. Desta maneira, permite a avaliação da forma de como os meios financeiros são gerados e aplicados num determinado período. Concluiu-se ainda que a análise dos fluxos de caixa passados ou futuros (em função da previsibilidade de aplicação de capitais) é necessária a vários níveis de decisão, nomeadamente na avaliação de desempenho, nos processos de financiamentos e nas políticas de investimento. Conclui-se assim, que a gestão financeira está completamente aliada aos fluxos de caixa, na medida em que são estes que moldam todo o processo de tomada de decisões na busca de alcançar as metas delineadas.

Para retirar o maior partido da informação obtida através da DFC é essencial a aplicação de rácios relativos aos fluxos de caixa. Esta informação permite ajudar na deteção de sinais de alerta contra possíveis riscos de fragilidade monetária, ou até mesmo de insolvência, permitindo ainda ajudar a entidade a seguir com os seus objetivos.

Relativamente à aplicação prática realizada no presente relatório conclui-se que a conceção sustentada só foi possível após o entendimento dos principais conceitos que permitiram o conhecimento vasto do assunto. A realização da ferramenta “demonstração dos fluxos de caixa” trouxe diversos benefícios entre os quais, a possibilidade da melhoria do serviço prestado pela *My Business*, a facilidade de utilização da DFC contribuindo para a diminuição do tempo gasto com esta e a obtenção de um entendimento prático que só era concretizável com toda a pesquisa e utilização de exemplos práticos de diversos autores. Esta ferramenta, se for bem utilizada, vai permitir aos clientes da entidade de acolhimento uma informação mais fiável para a sua tomada de decisão.

A um nível mais pessoal, este estudo enriqueceu a compreensão relativa à importância da DFC, ao expor que está para além de ser um importante documento de informação financeira é também uma indispensável ferramenta de gestão, sendo fundamental na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência.

Bibliografia

Almeida, Rui M. P., Dias, Ana Isabel, Carvalho, Fernando, “*SNC Explicado*”-ATF Edições Técnicas.

Braga, R., & Marques, J., (janeiro/abril de 2011). “*Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa*”. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI-FEA-USP, v.14, nº25, pág. 6- 23.

Caiado, A.C.,& Gil, P.M. (2014). “*A Demonstração dos Fluxos de Caixa* “ (2ª edição). Lisboa: Áreas Editora, SA.

Costa, C. B., & Alves, G.C. (2013). Contabilidade Financeira. Letras e conceitos, Lda.

Drucker, Peter F. (2008); “*O Essencial de Drucker*”. Atual Editora.

Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E. (2013). “*Análise Financeira- Teoria e Prática*”.

Gonçalves, M., & Conti, I. (2011). “*Fluxos de Caixa- ferramenta estratégica e base de apoio ao processo decisório nas micro e pequenas empresas. Revista de Ciências Gerenciais*”, Vol. 15, nº 21, pág. 173-190.

Nabais, C., Nabais, F. (2004). “*Prática Financeira- Análise Económica & Financeira*”. LIDEL- Edições Técnicas, Lda.

Neves, João Carvalho. Análise e relato financeiro- Uma visão integrada de gestão (2012).

Pereira, Renato, Estevam, Mariana, Almeida, Rui (2009). “*Harmonização Contabilística Internacional*”.

Silva, Eduardo Sá (2010). “*Gestão financeira- Análise de Fluxos Financeiros*” 4ªEdição. Vida Económica. Editorial, S.A.

Silva, Eduardo Sá; Martins, Carlos Quelhas (2012). *“Demonstração de Fluxos de Caixa”*. Vida Económica. Editorial, S.A.

Silva, Eduardo Sá; Martins, Carlos Quelhas. (2013). *“Preparação do mapa de fluxo de Caixa”*. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Legislação:

Aviso nº 15652/2009, de 7 de setembro. Diário da República, série II- nº 173. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. Decreto-Lei nº 394-B/94, de 26 de dezembro. Diário da República nº 297/84, Série I, 1º suplemento. Ministério das Finanças e do Plano- Secretaria de Estado do Orçamento.

Comissão de Normalização Contabilística (1993). Diretriz Contabilística nº 14, de 7 de julho de 1993- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Decreto- Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro. Diário da República, 1ª série – Nº 179. Ministério do Trabalho.

Decreto - Lei nº 158/2009, de 13 de julho. Diário da República, 1.ª série - Nº 133. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto- Lei nº 36-A/2011, de 9 de março. Diário da República, 1ª Série – Nº 48. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei nº 79/2003, de 23 de abril. Diário da República, 95 Série I-A. Ministério das finanças.

Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto. Diário da República, 1ª Série- Nº163. Assembleia da República.

Lei nº 35/2010, de 2 de Setembro. Diário da República, 1ª Série – Nº 171. Assembleia da República.

NCRF 2- Demonstração de fluxos de caixa. Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão.

NCRF 7- Instrumentos Financeiros. Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão.

Sites Consultados:

Portal da Justiça: <https://publicacoes.mj.pt/>. Acedido em 1 de julho de 2014.

Portal das finanças: <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action>. Acedido em 1 de julho de 2014.

My Business Consultores e Informáticos, Lda.: www.liteprice.com.pt. Acedido em 24 de junho de 2014.

ReadyRatios: http://www.readyratios.com/reference/cashflow/cash_flow_coverage_ratio.html: Acedido em 21 de julho de 2014.

Anexos

A. Elaboração pelo método direto

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo</u>			
Recebimentos de clientes		+	+
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		+/-	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	+/-
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		+/-	+/-
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		+	+
Activos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros activos		+	+
Subsídios ao investimento		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+/-	+/-
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		+	+
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	+
Cobertura de prejuízos		+	+
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+/-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	+/-
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

B. Estrutura do Balanço Funcional

	Aplicações	Origens
Ciclo Investimento	Aplicações de Investimento ou Ativo não corrente	Capitais Próprios e Capitais Alheios Estáveis
Ciclo Exploração	Necessidades Cíclicas	Recursos Cíclicos
Ciclo Operações de Tesouraria	Tesouraria Ativa	Tesouraria Passiva

Fonte: Silva, Eduardo Sá (2010)- “Gestão Financeira- Análise de Fluxos Financeiros” (pág. 83).

Apêndices

Ferramenta: Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Apêndice a: Folha de cálculo- “Demonstração de fluxos de caixa”.

Apêndice b: Folha de cálculo - “BD_Caixa”- Balancetes Ano 2011.

Apêndice c: Folha de Cálculo - “BD_Caixa”- Balancetes Ano 2012.

Apêndice d: Folha de Cálculo - “BD_Caixa”- Balancetes Ano 2013.

Apêndice e: Folha de Cálculo - “Balanço”.

Apêndice f: Folha de Cálculo- “DR”.

Apêndice g: Folha de Cálculo- “ Análise”.

Apêndice h: Folha de Cálculo- “ Interpretação”.

a. Folha de cálculo- “Demonstração de fluxos de caixa”

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETOFictício Construções, Lda.
2013

Rubricas		2011	2012	2013
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>				
Recebimentos de Clientes	+	- €	34 408,26 €	21 931,19 €
Pagamentos a fornecedores	-	-6 808,78 €	-34 887,23 €	-16 161,42 €
Pagamentos ao pessoal	-	0,00 €	-1 463,28 €	-4 471,76 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	-6 808,78 €	-1 942,25 €	1 298,01 €
Pagamento/ recebimento do imp. s/ rendim.	-/+	0,00 €	0,00 €	-79,64 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	19,38 €	1 632,12 €	-3 089,33 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	-6 789,40 €	-310,13 €	-1 870,96 €
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	- €	- €	10 000,00 €
Activos intangíveis	-	- €	- €	- €
Investimentos financeiros	-	- €	- €	- €
Outros activos	-	- €	- €	- €
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+	- €	- €	- €
Activos intangíveis	+	- €	- €	- €
Investimentos financeiros	+	- €	- €	- €
Outros activos	+	- €	- €	- €
Subsídios ao investimento	+	- €	- €	- €
Juros e rendimentos similares	+	- €	- €	- €
Dividendos	+	- €	- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	- €	- €	- 10 000,00 €
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+	- €	60,13 €	11 870,96 €
Realizações de capital e outr. instr. de cap. próp.	+	7 039,40 €	- €	- €
Cobertura de prejuízos	+	- €	- €	- €
Doações	+	- €	- €	- €
Outras operações de Financiamento	+	- €	- €	- €
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-	- €	- €	- €
Juros e gastos similares	-	- €	- €	- €
Dividendos	-	- €	- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital pró	-	- €	- €	- €
Outras operações de financiamento	-	- €	- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	7 039,40 €	60,13 €	11 870,96 €
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	250,00 €	- 250,00 €	- €
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	- €	250,00 €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	250,00 €	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	250,00 €	- €	- €
CONTROLO:		0,00 €	0,00 €	- €

b. Folha de Cálculo- “BD_Caixa”- Balancetes Ano 2011

Conta	Descrição	2011		
		Débito 14	Crédito 14	Acum. 13
11	Caixa	7 047,43	7 047,43	0,00
12	Depósitos à ordem	250,00	0,00	250,00
13	Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00
14	Outros Instrumentos financeiros	0,00	0,00	0,00
21	Clientes	5 105,80	0,00	5 105,80
211	Clientes c/c	5 105,80	0,00	5 105,80
21111001	A	2 875,80	0,00	2 875,80
21111002	B	2 230,00	0,00	2 230,00
22	Fornecedores	6 421,10	6 746,75	325,65
221	Fornecedores c/c	6 421,10	6 746,75	325,65
22111001	A	692,47	692,47	0,00
22111002	B	230,71	606,36	375,65
22111003	C	18,60	18,60	0,00
22111004	D	2 254,63	2 254,63	0,00
22111005	E	2 156,48	2 156,48	0,00
22111006	F	501,67	501,67	0,00
22111007	G	127,13	77,13	50,00
22111008	H	35,90	35,90	0,00
22111009	I	18,08	18,08	0,00
22111012	J	385,43	385,43	0,00
23	Pessoal	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	3 387,78	2 675,82	711,96
241	Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00	0,00
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3 387,78	2 675,82	711,96
2431	Iva - Suportado	0,00	0,00	0,00
2432	Iva - Dedutível	1 129,26	1 129,26	0,00
24321	Existências	1 071,76	1 071,76	0,00
24322	Imobilizado	0,00	0,00	0,00
24323	Outros Bens e Serviços	57,50	57,50	0,00
2433	Iva - Liquidado	415,80	415,80	0,00
2434	Iva - Regularizações	1,50	1,50	0,00
24341	Rg - Mens/Trim Favor da Emp.	0,00	0,00	0,00
24342	Rg - Mens/Trim Favor do Estado	1,50	1,50	0,00
2435	Iva - Apuramento	1 129,26	1 129,26	0,00
2436	Iva - A Pagar	0,00	0,00	0,00
2437	Iva - A Recuperar	711,96	0,00	711,96
2438	Iva - Reembolsos Pedidos	0,00	0,00	0,00
2439	Iva - Liquidações Oficiosas	0,00	0,00	0,00
245	Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00	0,00
25	Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00
26	Acionistas/sócios	16 000,00	15 039,40	960,60
261	Acionistas c/ subscrição	8 000,00	7 039,40	960,60

A Demonstração de Fluxos de Caixa como ferramenta estratégica de gestão

Apêndices

2612	Entidades privadas	8 000,00	7 039,40	960,60
261201	XWZ	8 000,00	7 039,40	960,60
262	Quotas não liberadas	8 000,00	8 000,00	0,00
26201	XWZ	8 000,00	8 000,00	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	384,36	691,86	307,50
271	Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00
272	Devedores e credores por acréscimos	0,00	0,00	0,00
273	Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
274	Impostos diferidos	0,00	0,00	0,00
275	Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00	0,00
276	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00
278	Outros devedores e credores	384,36	691,86	307,50
2781	Devedores diversos	0,00	0,00	0,00
2782	Credores diversos	384,36	691,86	307,50
27821	Credores diversos - mercado nacional	384,36	691,86	307,50
27821002	B	212,36	212,36	0,00
27821003	C	0,00	307,50	307,50
27821004	D	172,00	172,00	0,00
28	Diferimentos	194,66	0,00	194,66
281	Gastos a reconhecer	194,66	0,00	194,66
2819	Outros gastos a reconhecer	194,66	0,00	194,66
28191	SEGUROS	194,66	0,00	194,66
281911	ACIDENTES DE TRABALHO	194,66	0,00	194,66
31	Compras	5 597,73	5 597,73	0,00
311	Mercadorias	1 190,93	1 190,93	0,00
311102	COMPRAS MN TX INTERM.	1 003,36	1 003,36	0,00
311103	COMPRAS MN TX NORMAL	187,57	187,57	0,00
312	Matérias-primas, subsidiárias e de cons.	4 400,27	4 400,27	0,00
31211	Compras-mat.prim.-mercado nacional	4 400,27	4 400,27	0,00
3121102	Compras-mat.prim.Tx Int	426,24	426,24	0,00
3121103	Compras-mat.prim.Tx Nor	3 974,03	3 974,03	0,00
317	Devoluções de compras	6,53	6,53	0,00
32	Mercadorias	1 190,93	1 190,93	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de cons.	4 400,27	4 400,27	0,00
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
42	Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00
43	AFT	0,00	0,00	0,00
44	AFI	0,00	0,00	0,00
45	Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00
46	Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00
51	Capital	0,00	8 000,00	8 000,00
511	Capital	0,00	8 000,00	8 000,00
52	Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00
53	Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00
54	Prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00
55	Reservas	0,00	0,00	0,00
56	Resultados transitados	0,00	0,00	0,00
57	Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00
58	Excedentes de revalorização de AFT	0,00	0,00	0,00
59	Outras Variações no capital próprio	0,00	0,00	0,00

61	CMVMC	5 584,67	5 584,67	5 584,67
611	Mercadorias	1 190,93	1 190,93	1 190,93
612	Matérias-primas, subsidiárias e de cons.	4 393,74	4 393,74	4 393,74
62	Fornecimentos e serviços externos	422,00	422,00	422,00
622	Serviços especializados	250,00	250,00	250,00
626	Serviços diversos	172,00	172,00	172,00
63	Gastos com o pessoal	17,70	17,70	17,70
636	Segur. acid. no trabalho/doenças profiss	17,70	17,70	17,70
68	Outros gastos e perdas	75,76	75,76	75,76
681	Impostos	72,07	72,07	72,07
688	Outros	3,69	3,69	3,69
6888	Outros não especificados	3,69	3,69	3,69
69	Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00	0,00
71	Vendas	1 500,00	1 500,00	1 500,00
711	Mercadorias	1 500,00	1 500,00	1 500,00
72	Prestações de serviços	3 190,00	3 190,00	3 190,00
721	Serviço A	3 190,00	3 190,00	3 190,00
7211	Serviço a - mercado nacional	3 190,00	3 190,00	3 190,00
721102	PS INT.	0,00	0,00	0,00
721103	PS TX NORMAL	960,00	960,00	960,00
721109	PS IVA DEV. P/ ADQUIR.	2 230,00	2 230,00	2 230,00
75	Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00
81	Resultado líquido do período	7 510,26	6 100,13	0,00
811	Resultado antes de impostos	6 100,13	6 100,13	0,00
812	Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00
8121	Imposto estimado para o período	0,00	0,00	0,00
818	Resultado líquido	1 410,13	0,00	0,00

c. Folha de Cálculo- “BD_Caixa”- Balancetes Ano 2012

Conta	Descrição	2012		
		Débito 14	Crédito 14	Acum. 13
11	Caixa	0,00	0,00	0,00
12	Depósitos à ordem	20 090,96	20 090,96	0,00
1201	Banco X	20 090,96	20 090,96	0,00
13	Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00
14	Outros Instrumentos financeiros	0,00	0,00	0,00
21	Clientes	34 408,26	34 408,26	0,00
211	Clientes c/c	34 408,26	34 408,26	0,00
21111001	A	4 597,80	4 597,80	0,00
21111002	B	4 105,00	4 105,00	0,00
21111003	C	1 975,00	1 975,00	0,00
21111005	E	581,55	581,55	0,00
21111006	F	261,38	261,38	0,00
21111007	G	1 450,00	1 450,00	0,00
21111008	H	93,48	93,48	0,00
21111009	I	2 000,00	2 000,00	0,00
21111010	J	875,00	875,00	0,00
21111011	K	5 219,05	5 219,05	0,00
21111012	L	3 000,00	3 000,00	0,00
21111013	M	6 150,00	6 150,00	0,00
21111014	N	4 100,00	4 100,00	0,00
22	Fornecedores	30 392,13	23 046,48	7 345,65
221	Fornecedores c/c	23 046,48	23 046,48	0,00
22111001	A	1 018,94	1 018,94	0,00
22111002	B	2 130,45	2 130,45	0,00
22111003	C	9,23	9,23	0,00
22111004	D	1 102,26	1 102,26	0,00
22111005	E	9 677,49	9 677,49	0,00
22111007	G	83,65	83,65	0,00
22111008	H	2 538,48	2 538,48	0,00
22111010	J	46,72	46,72	0,00
22111011	K	51,88	51,88	0,00
22111012	L	1 948,56	1 948,56	0,00
22111013	M	186,73	186,73	0,00
22111014	N	75,99	75,99	0,00
22111015	O	79,76	79,76	0,00
22111016	P	476,86	476,86	0,00
22111018	R	409,00	409,00	0,00
22111019	S	437,88	437,88	0,00
22111020	T	8,18	8,18	0,00
22111021	U	779,85	779,85	0,00
22111022	V	768,08	768,08	0,00
22111023	W	366,91	366,91	0,00
22111024	X	69,74	69,74	0,00
22111025	Y	273,75	273,75	0,00
22111026	Z	159,90	159,90	0,00

A Demonstração de Fluxos de Caixa como ferramenta estratégica de gestão

Apêndices

22111027	AA	280,23	280,23	0,00
22111028	AB	65,96	65,96	0,00
228	Adiantamentos a fornecedores	7 345,65	0,00	7 345,65
2281	Ad. - fornecedores gerais	7 345,65	0,00	7 345,65
22811	Ad - fornecedores - gr - mercado nacional	7 345,65	0,00	7 345,65
22811099	XXX	7 345,65	0,00	7 345,65
23	Pessoal	1 463,28	1 843,51	380,23
231	Remunerações a pagar	1 463,28	1 843,51	380,23
24	Estado e outros entes públicos	77 002,26	75 035,52	2 046,38
241	Imposto sobre o rendimento	0,00	79,64	0,00
2413	IRC-Estimado	0,00	79,64	0,00
2414	IRC Liquidado	0,00	0,00	0,00
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00	0,00
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	76 754,08	74 354,24	2 399,84
2431	Iva - Suportado	83,31	83,31	0,00
24311	Existências	34,65	34,65	0,00
24313	Outros Bens e Serviços	48,66	48,66	0,00
2432	Iva - Dedutível	4 996,47	4 996,47	0,00
24321	Existências	3 976,79	3 976,79	0,00
24322	Imobilizado	0,00	0,00	0,00
24323	Outros Bens e Serviços	1 019,68	1 019,68	0,00
2433	Iva - Liquidado	3 280,95	3 280,95	0,00
2434	Iva - Regularizações	27,64	27,64	0,00
24341	Rg - Mens/Trim Favor da Emp.	0,00	0,00	0,00
24342	Rg - Mens/Trim Favor do Estado	27,64	27,64	0,00
2435	Iva - Apuramento	35 481,17	35 481,17	0,00
2436	Iva - A Pagar	0,00	0,00	0,00
2437	Iva - A Recuperar	32 884,54	30 484,70	2 399,84
2438	Iva - Reembolsos Pedidos	0,00	0,00	0,00
2439	Iva - Liquidações Oficiosas	0,00	0,00	0,00
245	Contribuições para a Segurança Social	248,18	601,64	353,46
25	Financiamentos obtidos	0,00	60,13	60,13
251	Instituições de crédito e soc. financeiras	0,00	60,13	60,13
26	Acionistas/sócios	960,60	960,60	0,00
261	Acionistas c/ subscrição	960,60	960,60	0,00
2612	Entidades privadas	960,60	960,60	0,00
261201	XWZ	960,60	960,60	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	54 071,56	56 726,51	2 654,95
271	Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00
272	Devedores e credores por acréscimos	0,00	53,17	53,17
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00	0,00
2722	Credores por acréscimos de gastos	0,00	53,17	53,17
27221	Credores p/ acresc. Gastos- MN	0,00	53,17	53,17
272219	Outros credores por acréscimos de gastos	0,00	53,17	53,17
278	Outros devedores e credores	54 071,56	56 673,34	2 601,78
2781	Devedores diversos	0,00	0,00	0,00
2782	Credores diversos	54 071,56	56 673,34	2 601,78
27821	Credores diversos - mercado nacional	54 071,56	56 673,34	2 601,78
27821001	A	51 553,85	51 553,85	0,00
27821003	C	1 728,90	4 330,68	2 601,78

A Demonstração de Fluxos de Caixa como ferramenta estratégica de gestão

Apêndices

27821005	E	788,81	788,81	0,00
28	Diferimentos	194,66	194,66	0,00
281	Gastos a reconhecer	194,66	194,66	0,00
31	Compras	17 852,70	17 852,70	0,00
311	Mercadorias	2 537,80	2 537,80	0,00
311103	COMPRAS MN TX NORMAL	2 537,80	2 537,80	0,00
312	Matérias-primas, subsidiárias e de cons.	15 193,19	15 193,19	0,00
3121	Compras-matérias primas	15 193,19	15 193,19	0,00
3121102	Compras-mat.prim.Tx Int	227,20	227,20	0,00
3121103	Compras-mat.prim.Tx Nor	14 965,99	14 965,99	0,00
317	Devoluções de compras	121,71	121,71	0,00
32	Mercadorias	2 537,80	2 537,80	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de cons.	15 193,19	15 193,19	0,00
331	Matérias-primas	15 193,19	15 193,19	0,00
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
42	Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00
43	AFT	0,00	0,00	0,00
44	AFI	0,00	0,00	0,00
45	Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00
46	Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00
51	Capital	960,60	8 000,00	7 039,40
511	Capital	960,60	8 000,00	7 039,40
52	Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00
53	Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00
54	Prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00
55	Reservas	0,00	0,00	0,00
56	Resultados transitados	1 410,13	0,00	1 410,13
57	Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00
58	Excedentes de revalorização de AFT	0,00	0,00	0,00
59	Outras Variações no capital próprio	0,00	0,00	0,00
61	CMVMC	17 609,28	17 609,28	17 609,28
611	Mercadorias	2 537,80	2 537,80	2 537,80
612	Matérias-primas, subsidiárias e de cons.	15 071,48	15 071,48	15 071,48
62	Fornecimentos e serviços externos	4 651,80	4 651,80	4 651,80
621	Subcontratos	654,02	654,02	654,02
622	Serviços especializados	3 070,26	3 070,26	3 070,26
623	Materiais	102,64	102,64	102,64
625	Deslocações, estadas e transportes	10,00	10,00	10,00
626	Serviços diversos	814,88	814,88	814,88
63	Gastos com o pessoal	2 639,81	2 639,81	2 639,81
631	Remunerações dos órgãos sociais	2 032,55	2 032,55	2 032,55
635	Encargos sobre remunerações	412,60	412,60	412,60
636	Segur. acid. no trabalho e doenças profiss.	194,66	194,66	194,66
64	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	459,06	459,06	459,06
681	Impostos	78,72	78,72	78,72
688	Outros	392,12	392,12	392,12
6888	Outros não especificados	392,12	392,12	380,34
71	Vendas	1 406,00	1 406,00	1 406,00
711	Mercadorias	1 406,00	1 406,00	1 406,00

72	Prestações de serviços	24 615,51	24 615,51	24 615,51
721	Serviço A	24 615,51	24 615,51	24 615,51
721103	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS TX NORMAL	12 858,96	12 858,96	12 858,96
721109	PREST. Ser. IVA DEVIDO P/ ADQUIRENTE	11 756,55	11 756,55	11 756,55
75	Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	17,67	17,67	17,67
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	13,98	13,98	13,98
788	Outros	3,69	3,69	0,00
81	Resultado líquido do período	27 608,59	28 196,40	0,00
811	Resultado antes de impostos	26 039,18	26 039,18	0,00
812	Imposto sobre o rendimento do período	79,64	79,64	0,00
8121	Imposto estimado para o período	79,64	79,64	0,00
818	Resultado líquido	1 489,77	2 077,58	0,00

d. Folha de Cálculo- “BD_Caixa”- Balancetes Ano 2013

Conta	Descrição	2013		
		Débito 14	Crédito 14	Acum. 13
11	Caixa	0,00	0,00	0,00
12	Depósitos à ordem	2 730,31	2 730,31	0,00
1201	Banco Popular X	2 730,31	2 730,31	0,00
13	Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00
131	Depósitos a prazo	0,00	0,00	0,00
14	Outros Instrumentos financeiros	0,00	0,00	0,00
21	Clientes	41 449,42	24 628,27	16 821,15
211	Clientes c/c	41 449,42	24 628,27	16 821,15
21111002	B	8 402,15	4 889,82	3 512,33
21111004	D	4 680,00	0,00	4 680,00
21111012	L	3 000,00	0,00	3 000,00
21111015	O	691,58	0,00	691,58
21111016	P	55,35	0,00	55,35
21111017	Q	2 936,65	2 500,00	436,65
21111018	R	1 451,40	1 451,40	0,00
21111019	S	12 343,05	12 343,05	0,00
21111020	T	2 999,99	0,00	2 999,99
21111021	U	3 444,00	3 444,00	0,00
21111022	V	1 445,25	0,00	1 445,25
22	Fornecedores	25 064,80	25 816,80	752,00
221	Fornecedores c/c	17 702,89	18 454,89	752,00
22111001	A	414,22	414,22	0,00
22111002	B	553,50	553,50	0,00
22111005	E	6 653,49	7 405,49	752,00
22111006	F	41,33	41,33	0,00
22111007	G	617,88	617,88	0,00
22111008	H	1 372,69	1 372,69	0,00
22111012	L	913,47	913,47	0,00
22111020	T	12,79	12,79	0,00
22111021	U	528,22	528,22	0,00
22111022	V	206,24	206,24	0,00
22111024	W	2 277,74	2 277,74	0,00
22111027	AA	65,53	65,53	0,00
22111029	AC	96,91	96,91	0,00
22111030	AD	3 491,36	3 491,36	0,00
22111031	AE	121,97	121,97	0,00
22111032	AF	11,72	11,72	0,00
22111033	AG	6,81	6,81	0,00
22111034	AH	47,67	47,67	0,00
22111035	AI	99,88	99,88	0,00
22111036	AJ	51,10	51,10	0,00
22111037	AK	68,20	68,20	0,00
22111038	AL	50,17	50,17	0,00

222	Fornecedores - títulos a pagar	0,00	0,00	0,00
228	Adiantamentos a fornecedores	7 361,91	7 361,91	0,00
2281	Ad.- fornecedores gerais	7 361,91	7 361,91	0,00
229	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00
23	Pessoal	4 484,34	4 857,44	373,10
231	Remunerações a pagar	4 484,34	4 857,44	373,10
24	Estado e outros entes públicos	66 497,89	65 761,12	1 313,07
241	Imposto sobre o rendimento	318,56	894,86	0,00
2413	IRC-Estimado	79,64	655,94	0,00
2414	IRC Liquidado	79,64	79,64	0,00
2415	IRC - apuramento	79,64	79,64	0,00
2416	IRC - a pagar	79,64	79,64	0,00
242	Retenção de impostos sobre rendim.	0,00	0,00	0,00
243	Imposto sobre o valor acrescentado	64 369,07	62 764,64	1 604,43
2431	Iva - Suportado	663,21	69,85	593,36
24311	Existências	219,85	69,85	150,00
24312	Imobilizado	0,00	0,00	0,00
24313	Outros Bens e Serviços	443,36	0,00	443,36
2432	Iva - Dedutível	3 844,42	3 844,42	0,00
24321	Existências	3 056,98	3 056,98	0,00
24322	Imobilizado	0,00	0,00	0,00
24323	Outros Bens e Serviços	787,44	787,44	0,00
2433	Iva - Liquidado	5 069,46	5 069,46	0,00
2434	Iva - Regularizações	163,73	163,73	0,00
24341	Rg - Mens/Trim Favor da Emp.	0,00	0,00	0,00
24342	Rg - Mens/Trim Favor do Estado	163,73	163,73	0,00
2435	Iva - Apuramento	28 730,80	28 730,80	0,00
2436	Iva - A Pagar	0,00	0,00	0,00
2437	Iva - A Recuperar	25 897,45	24 886,38	1 011,07
245	Contribuições para a Segurança Social	1 810,26	2 101,62	291,36
25	Financiamentos obtidos	60,13	11 991,22	11 931,09
251	Instituiç. de crédito e soc. financeiras	60,13	1 991,22	1 931,09
253	Participantes de capital	0,00	10 000,00	10 000,00
2531	Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	0,00	10 000,00	10 000,00
2531001	XWZ	0,00	10 000,00	10 000,00
26	Acionistas/sócios	960,60	0,00	960,60
262	Quotas não liberadas	960,60	0,00	960,60
26201	XWZ	960,60	0,00	960,60
27	Outras contas a receber e a pagar	49 621,59	53 307,17	3 685,58
271	Fornecedores de investimentos	10 000,00	10 000,00	0,00
2711	Fornecedores de invest.- contas gerais	10 000,00	10 000,00	0,00
27111	Fornec. de invest.- c/g	10 000,00	10 000,00	0,00
271111	Fornec. de invest.- c/g - MN	10 000,00	10 000,00	0,00
271111301	WWW	10 000,00	10 000,00	0,00
272	Devedores e credores por acréscimos	53,17	2 351,66	2 298,49
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00	0,00
2722	Credores por acréscimos de gastos	53,17	2 351,66	2 298,49
27221	Credores p/ acresc. gastos - MN	53,17	2 351,66	2 298,49

272212	Remunerações a liquidar	0,00	2 275,58	2 275,58
2722122	Remunerações a liquidar-a liquidar	0,00	2 275,58	2 275,58
272219	Outros credores por acréscimos de gastos	53,17	76,08	22,91
275	Credores por subscrições ã liberadas	0,00	0,00	0,00
276	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00
278	Outros devedores e credores	39 568,42	40 955,51	1 387,09
2781	Devedores diversos	3 404,18	0,00	3 404,18
27811	Devedores diversos - mercado nacional	3 404,18	0,00	3 404,18
27811001	A	3 404,18	0,00	3 404,18
2782	Credores diversos	36 164,24	40 955,51	4 791,27
27821	Credores diversos - mercado nacional	36 164,24	40 955,51	4 791,27
27821001	A	30 508,10	30 508,10	0,00
27821003	C	4 870,53	7 544,83	2 674,30
27821005	E	521,50	2 638,47	2 116,97
27821006	F	264,11	264,11	0,00
279	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00
28	Diferimentos	0,00	0,00	0,00
281	Gastos a reconhecer	0,00	0,00	0,00
282	Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00	0,00
31	Compras	14 744,73	14 744,73	0,00
311	Mercadorias	2 838,50	2 838,50	0,00
3111	Compras-merc-MN	2 838,50	2 838,50	0,00
311103	COMPRAS MN TX NORMAL	2 838,50	2 838,50	0,00
312	Matérias-primas, subsid. e de cons.	11 210,63	11 210,63	0,00
3121	Compras-matérias primas	11 210,63	11 210,63	0,00
31211	Compras-mat.prim.- MN	11 210,63	11 210,63	0,00
3121102	Compras- Tx Int	113,70	113,70	0,00
3121103	Compras- Tx Nor	11 096,93	11 096,93	0,00
317	Devoluções de compras	695,60	695,60	0,00
32	Mercadorias	2 838,50	2 838,50	0,00
321	Mercadorias - existências	2 838,50	2 838,50	0,00
33	Matérias-primas, subsidiar. e de cons.	11 210,63	11 210,63	0,00
331	Matérias-primas	11 210,63	11 210,63	0,00
3311	Matérias-primas - existências	11 210,63	11 210,63	0,00
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
42	Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00
43	AFT	10 000,00	2 500,00	7 500,00
434	Equipamento de transporte	10 000,00	0,00	10 000,00
438	Depreciações acumuladas	0,00	2 500,00	2 500,00
44	AFI	0,00	0,00	0,00
45	Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00
46	Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00
51	Capital	0,00	8 000,00	8 000,00
511	Capital	0,00	8 000,00	8 000,00
52	Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00
53	Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00
54	Prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00
55	Reservas	0,00	29,39	29,39

551	Reservas legais	0,00	29,39	29,39
56	Resultados transitados	1 410,13	558,42	851,71
57	Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00
58	Excedentes de revalorização de AFT	0,00	0,00	0,00
59	Outras Variações no capital próprio	0,00	0,00	0,00
61	CMVMC	13 353,53	13 353,53	13 353,53
611	Mercadorias	2 142,90	2 142,90	2 142,90
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 210,63	11 210,63	11 210,63
62	Fornecimentos e serviços externos	6 631,60	6 631,60	6 631,60
621	Subcontratos	644,16	644,16	644,16
622	Serviços especializados	2 510,78	2 510,78	2 510,78
623	Materiais	48,35	48,35	48,35
624	Energia e fluidos	392,29	392,29	392,29
625	Deslocações, estadas e transportes	615,45	615,45	615,45
626	Serviços diversos	2 420,57	2 420,57	2 420,57
63	Gastos com o pessoal	8 500,95	8 500,95	8 500,95
631	Remunerações dos órgãos sociais	5 869,08	5 869,08	5 869,08
635	Encargos sobre remunerações	1 294,29	1 294,29	1 294,29
636	Segur. Acid. trabalho/ doenças profiss	12,58	12,58	12,58
638	Outros gastos com o pessoal	1 325,00	1 325,00	1 325,00
64	Gastos de deprec. e de amortização	2 500,00	2 500,00	2 500,00
642	AFT	2 500,00	2 500,00	2 500,00
6421	AFT-próprios	2 500,00	2 500,00	2 500,00
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	21,54	21,54	21,54
681	Impostos	17,09	17,09	17,09
688	Outros	4,45	4,45	4,45
71	Vendas	11 292,21	11 292,21	11 292,21
711	Mercadorias	11 292,21	11 292,21	11 292,21
72	Prestações de serviços	25 087,75	25 087,75	22 390,67
721	Serviço A	25 087,75	25 087,75	22 390,67
721103	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS TX NM	14 261,28	14 261,28	14 261,28
721109	PREST. SERV. IVA DEV. P/ ADQUIR.	10 826,47	10 826,47	8 129,39
75	Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,11	0,11	0,11
782	Descontos de pronto pag. obtidos	0,11	0,11	0,11
81	Resultado líquido do período	35 423,40	37 522,47	0,00
811	Resultado antes de impostos	33 682,99	33 682,99	0,00
812	Imposto sobre o rendim. do período	576,30	576,30	0,00
8121	Imposto estimado para o período	576,30	576,30	0,00
818	Resultado líquido	1 164,11	3 263,18	0,00

e. Folha de Cálculo – “Balanço”

Fictício Construções, Lda.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2013

Valores em Euros

RUBRICAS	PERIODOS		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7 500,00		
	7 500,00	0,00	0,00
Ativo corrente			
Clientes	16 821,15		5 105,80
Adiantamentos a fornecedores		7 345,65	
Estado e outros entes públicos	1 604,43	2 399,84	711,96
Outras contas a receber			50,00
Diferimentos			194,66
Outros ativos correntes	3 404,18		
Caixa e depósitos bancários			250,00
	21 829,76	9 745,49	6 312,42
Total do ativo	29 329,76	9 745,49	6 312,42
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	7 039,40	7 039,40	7 039,40
Reservas legais	29,39		
Resultados transitados	-851,71	-1 410,13	
	6 217,08	5 629,27	7 039,40
Resultado líquido do período	2 099,07	587,81	-1 410,13
Total do capital próprio	8 316,15	6 217,08	5 629,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11 931,09	60,13	
	11 931,09	60,13	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	752,00		375,65
Estado e outros entes públicos	867,66	433,10	
Outras contas a pagar	7 089,76	2 654,95	307,50
Outros passivos correntes	373,10	380,23	
	9 082,52	3 468,28	683,15
Total do passivo	21 013,61	3 528,41	683,15
Total do capital próprio e do passivo	29 329,76	9 745,49	6 312,42

f. Folha de Cálculo- “DR”

Fictício Construções, Lda

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERIODOS		
	31/12/2013	31/12/2012	31/11/11
Vendas	11 292,21	1 406,00	3 190,00
Prestação de serviços	22 390,67	24 615,51	1 500,00
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsid., ass. e empr. Conj.			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Subsídios à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-13 353,53	-17 609,28	-5 584,67
Fornecimentos e serviços externos	-6 631,60	-4 651,80	-422,00
Gastos com o pessoal	-8 500,95	-2 639,81	-17,70
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos ñ depreciáveis			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outras imparidades(perdas/reversões)			
Outros rendimentos e ganhos	0,11	17,67	0,00
Outros gastos e perdas	-21,54	-470,84	-75,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	5 175,37	667,45	-1 410,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 500,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	2 675,37	667,45	-1 410,13
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos	2 675,37	667,45	-1 410,13
Imposto sobre o rendimento do período	-576,30	-79,64	
Resultado líquido do período	2 099,07	587,81	-1 410,13

g. Folha de Cálculo- “ Análise”

Análise Equilíbrio e Solidez dos fluxos de caixa			
	2011	2012	2013
Cobertura do passivo a curto prazo	-9,938	-0,089	-0,206
Cobertura do passivo a longo prazo	#DIV/0!	-5,158	-0,157
Cobertura passivo total	-9,938	-0,088	-0,089
Cobertura de pag. encargos financ e dividendos	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Qualidade das Vendas	0,000	1,322	0,651
Qualidade dos fluxos de caixa	4,815	-0,465	-0,699
Aquisições de Capital	#DIV/0!	#DIV/0!	-0,187
Investimento / Financiamento	0,000	#DIV/0!	0,842
Peso pagamentos a pessoal	0,000	0,041	0,204
Peso pagamentos a fornecedores	351,330	0,968	0,737
Peso outros pagamentos	-	-	0,141
Peso pagamentos de impostos	0,000	-	0,004

Legenda:

Perigo! Valor inferior/ superior ao requerido.

Atenção! Valor muito perto dos limites mínimos/ máximos.

Valor dentro dos limites.

Consultar folha "Interpretação"

h. Folha de cálculo- “ Interpretação”

Análise Equilíbrio e Solidez dos fluxos de caixa	
Cobertura do passivo a curto prazo	<1 -> a empresa não está a gerar fluxos de caixa suficientes para pagar as suas dívidas, podendo ser um indicador de falência; >=1 -> a empresa está em boa saúde financeira e consegue cumprir as suas obrigações através do caixa gerado pelas atividades operacionais.
Cobertura do passivo a longo prazo	
Cobertura passivo total	
Cobertura de pag. encargos financ. e dividendos	
Qualidade das Vendas	Se os valores divergirem muito do valor 1 é necessário perceber a razão de isto acontecer. É prudente rever as todas as decisões relativas à tesouraria (prazos de recebimento; prazos de pagamento)!
Qualidade dos fluxos de caixa	
Aquisições de Capital	Capacidade da empresa pagar os seus investimentos após o pagamento de dividendo e juros. Se o valor for inferior a 1, a empresa não está a conseguir gerar fluxos de caixa operacionais para cobrir as atividades de investimento.
Investimento / Financiamento	Comparação dos fluxos de caixa necessários para atividades de investimentos com aqueles gerados pelas atividades de financiamento.
Peso pagamentos a pessoal	Os valores obtidos nestes rácio indicam o peso que o "tipo" de pagamento tem no total total de recebimentos operacionais.
Peso pagamentos a fornecedores	
Peso outros pagamentos	
Peso pagamentos de impostos	